



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
(CONSUNI) Nº 11/2010**

Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2011-2015.

O Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em sessão realizada no dia 04 de agosto de 2010, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2011-2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 04 de agosto de 2010.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
2011-2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Alan Barbiero
Reitor

José Expedito Cavalcante da Silva
Vice-Reitor

José Guimarães Pereira Neto
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Isabel Cristina Auler Pereira
Pró-Reitora de Graduação

Márcio Antônio da Silveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Valéria Gomes Momenté
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Rafael José de Oliveira
Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

APRESENTAÇÃO

Em 2006, com a participação dos diretores dos *campi* universitários, coordenadores, professores, discentes e servidores técnico-administrativos, a Universidade Federal do Tocantins aprovou no Conselho Superior o seu 1º Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2010. Esse documento foi resultado de um longo debate institucional que teve como foco a conquista de uma universidade autônoma com garantia de financiamento público, de qualidade social e de amplo acesso aos que aspiram a curso superior, à consolidação e ampliação da pós-graduação, ao incremento da pesquisa e ao progresso da ciência.

Anteriormente à construção do PDI 2006-2010, a UFT discutira o Plano de Desenvolvimento Estratégico para esse mesmo período. Mesmo conscientes de se tratar de um instrumento de gestão, a Universidade não abriu mão de discuti-lo coletivamente, sendo, portanto, um documento resultante do esforço conjunto da comunidade acadêmica, e teve a participação conjunta da Reitoria, Coordenadores de Campi e de Cursos, representantes técnico-administrativos, docentes e discentes. Entre fevereiro e abril de 2005, três oficinas de trabalho foram realizadas, tendo como objetivo elaborar a avaliação estratégica (análises interna e externa) e definir os parâmetros estratégicos do Plano (missão, visão, opções estratégicas e objetivos estratégicos). No decorrer do mesmo ano e no início de 2006, o resultado dessas atividades foi apresentado a cada um dos Campi em reuniões específicas, com vistas a receber contribuições e, por sua vez, ser validado pela comunidade acadêmica da UFT. Na seqüência, a Reitoria tratou de definir, no âmbito da Gestão, do Ensino, da Pesquisa e Pós-Graduação e da Extensão, suas prioridades e ações estratégicas, tendo como horizonte temporal o ano de 2006.

Neste momento, em 2010, retornamos o debate sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional com a certeza de que as bases estão sedimentadas para a consolidação da UFT como instituição forte, democrática e consciente do papel a ser desempenhado no desenvolvimento sustentável da Amazônia, tendo como pilares a democracia, a diversidade, a modernização administrativa, o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, bem como a melhoria da infra-estrutura e da qualidade de ensino. Sabemos, no entanto, que temos que crescer e inovar sempre!

As ações desenvolvidas, nesses primeiros seis anos da UFT, estiveram voltadas para a implantação, estruturação e afirmação da importância da Universidade no Estado. Vários esforços foram realizados como o fortalecimento e expansão da graduação e da pós-graduação, a produção científica em diversas áreas do conhecimento e a participação institucional nas principais discussões sobre assuntos inerentes à melhoria das condições da sociedade. Essas ações tiveram como principal objetivo tornar a UFT uma referência universitária para o estado do Tocantins e região da Amazônia Legal.

Pensar o Plano de Desenvolvimento da UFT para os próximos cinco anos pressupõe o entendimento das questões fundamentais da sociedade e o papel da universidade pública, exigindo reflexões sobre os temas sociológicos, econômicos, sobre os novos paradigmas tecnológicos e científicos, bem como, sobre as crises pelas quais passa a Universidade. Exige pensar a UFT como uma instituição social que está inserida num cenário global caracterizado por novos paradigmas sociológicos (mudanças

comportamentais), econômicos (a sociedade exige eficiência das instituições públicas uma vez que a economia de mercado imprimiu tal conceito no imaginário coletivo) e tecnológicos (a rapidez da criação de informação exige novos conceitos tecnológicos).

Exige também ousadia para aprofundar as ações e projetar novos caminhos que continuem conduzindo a UFT para o rumo da excelência e o comprometimento de todos com o projeto institucional e o fortalecimento dos espaços democráticos como condição imprescindível para que as decisões contribuam para a construção de uma universidade engajada com as questões regionais e com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Este Plano de Desenvolvimento Institucional traduz esse planejamento da comunidade acadêmica em relação ao crescimento da Universidade, aponta as ações necessárias para que todos atinjam os objetivos e metas essenciais nesse processo. Os objetivos institucionais primordiais definidos para a UFT deverão ser perseguidos, com base no contexto e nas características regionais do Tocantins, como forma de garantir uma universidade pública forte, autônoma, com acesso amplo a todos e referência de qualidade e de mobilização pela democratização do conhecimento.

A concretização das políticas, estratégias e ações demandará um esforço coletivo e um olhar diferenciado acerca da concepção administrativa e pedagógica da Instituição e o comprometimento de todos com os princípios e finalidades institucionais e com o conjunto de diretrizes e metas relacionadas com o desenvolvimento da Instituição. Pressupõe, também, a conscientização e o apoio da comunidade universitária e a determinação da Administração Superior, com vistas a promover o incremento da qualidade científica, o fortalecimento da inclusão social, a modernização da gestão, a expansão da contribuição da UFT para o estado e ampliação da articulação com a sociedade.

É com esse espírito que apresentamos o PDI da UFT, para o período de 2011-2015, documento que expressa a trajetória definida a partir de processo democrático junto à comunidade acadêmica e aprovada pelos seus órgãos decisórios para a gestão da Universidade durante o próximo quinquênio. Mais que um plano, este documento está pautado em um diagnóstico realizado no primeiro bimestre de 2008 e sintetiza os anseios detectados durante sua elaboração.

Palmas, 25 de maio de 2010.

Alan Barbiero
Reitor

INTRODUÇÃO

Pensar a universidade e sua função social no contexto do mundo contemporâneo impõe de início, vários desafios, que perpassam a análise da crise que assola as instituições públicas de ensino superior do país.

As instituições públicas vivenciam uma crise institucional de hegemonia e legitimidade ao mesmo tempo. A crise de hegemonia expressa-se pela incapacidade das instituições públicas para expandir consideravelmente suas atividades com vistas ao atendimento à grande demanda pelo ensino superior. A crise de legitimidade apresenta-se quando as instituições não conseguem dar respostas rápidas às demandas que lhe são dirigidas pelos diversos segmentos da sociedade. A crise institucional, por seu turno, instala-se no momento em que surgem críticas em relação à eficiência, aos custos e à competitividade (SANTOS, 2005). Em meio a esse cenário, a universidade, como toda e qualquer instituição, é um organismo de natureza histórica; para estar apta a desempenhar funções sociais relevantes, precisa adequar-se a cada conjuntura e contexto.

Sendo a universidade uma instituição secular, vem prestando, com o passar do tempo, um prestimoso serviço à sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão de qualidade – estes instrumentos que certamente induzem o desenvolvimento econômico. Isso se dá não apenas pelas derivações dos resultados da pesquisa, mas, principalmente, pelo fato de a universidade ainda ser um espaço que promove inclusão social por meio dos programas de extensão e pela geração e difusão do conhecimento através do ensino, e pelo fato de ser um espaço de expressão democrática. Além disso, é importante destacar que a expansão do ensino público superior e a sua interiorização são elementos que dinamizam a economia regional e local.

É possível observar que a presença de uma universidade pública em um determinado espaço geográfico se torna cada vez mais necessária, principalmente pela geração dos fatores externos positivos – indutores do desenvolvimento econômico.

Atualmente, apresentam-se três grandes tendências e desafios para o ensino superior em nível mundial. A primeira traduz-se na mudança no modelo organizacional, na especialização das instituições e na sua fusão e interação, conformando um novo espaço de ensino e pesquisa. A segunda encontra-se na diversificação do ensino e sua transformação em processo de aprendizagem continuada, com a ausência de fronteiras rígidas entre suas múltiplas facetas. A última tendência verifica-se no modo de execução das atividades acadêmicas, decorrente da influência do modelo industrial na prestação de serviços e das transformações na pesquisa (coletivas e multidisciplinares) e na extensão (em sintonia com as demandas sociais).

Essas tendências têm impulsionado profundas mudanças que ocorrem em meio a um mundo marcado por algumas invariáveis e incertezas críticas. Entre as invariáveis do contexto internacional, destacam-se: (a) o crescente envelhecimento da população; (b) a aceleração da produção científica e tecnológica; (c) a mudança no padrão de competitividade entre as nações; (d) a consolidação da educação como objeto de aspiração dos jovens e de suas famílias. Além disso, ocorre uma crescente disponibilidade de novas tecnologias para o processo educacional, que contribuem de forma substancial para o crescimento da educação à distância e da educação continuada.

Impulsionada por esses e outros fatores, o ensino superior brasileiro tem passado por fortes mudanças em poucos anos, em virtude do novo formato de capitalismo centrado em bens imateriais e em uma sociedade do conhecimento. Essa realidade tem forçado as universidades a enfrentar grandes desafios, como, por exemplo, conseguir a adoção de uma política de Estado para melhorar a educação brasileira; conseguir a aplicação da autonomia universitária; buscar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão dentro das universidades; manter a vanguarda da produção científica e promover a difusão da cultura; ter como perspectiva a educação continuada, e, como último desafio, tornar o ensino superior socialmente relevante para a sociedade.

Com o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, que aumenta sua inserção internacional entre as potências emergentes, a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação tornam-se ferramentas estratégicas. Torna-se mais evidente o déficit na formação de recursos humanos e a necessidade de que sejam intensificadas as ações dos governos, das universidades, do setor produtivo e do Governo Federal. Nesse contexto, há que considerar a complexidade da formação de recursos humanos, algo muito diferente da produção de bens materiais. É um processo de longo prazo, custoso, que se inicia na educação fundamental e não pode ser interrompido.

Cientes dessa preocupação, desde 2003 as universidades federais iniciaram o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que contempla a criação de novas universidades e novos cursos (com ênfase nos noturnos) e novos campi (notadamente no interior do país). Dezenas de milhares de vagas foram abertas em um número ampliado de instituições federais, o que aumenta o nosso desafio, para que juntas possamos alavancar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e ao mesmo tempo ampliar a divulgação da cultura, contribuindo dessa forma para a melhoria das condições de vida dos cidadãos brasileiros.

I. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados

Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010) e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) definem que a missão da UFT é "Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia". E, como visão estratégica "Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional".

Ratificando os termos do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- I. o estímulo à efetiva interação com a sociedade, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- III. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- IV. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- VI. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. a promoção da extensão articulada com o ensino e a pesquisa, de forma aberta à participação da população e em sintonia com as necessidades sociais emergentes, nas linhas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Com aproximadamente onze mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis. Oferece, atualmente, 48 cursos de graduação presencial, cursos à distância, dezenas de cursos de especialização, 08 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), Letras (Araguaína, 2009), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007). E, ainda, os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT/UnB), os Dinteres em Administração de Empresas (Palmas, parceria UFT/Universidade Mackenzie), Ciência da Computação (Palmas, UFT/UFRJ), Geografia (Araguaína, parceria UFT/UFU), História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT/UFU) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT/UFU) e o Doutorado em Ciência Animal em Araguaína.

A partir do 2º. Semestre de 2009, foram implantados mais 14 novos cursos nas áreas de Ciências Naturais (Química, Física e Biologia) em Araguaína; Ciências da Saúde (Nutrição e Enfermagem); Engenharias (Engenharia Elétrica e Engenharia Civil); Filosofia e Artes (licenciaturas) em Palmas; Ciências Agrárias e Tecnológicas (Engenharia Biotecnológica e Química Ambiental) em Gurupi e, os cursos tecnológicos de Gestão e Negócios em Cooperativas, Logística e Turismo em Araguaína. E, ainda, foi iniciada a oferta de licenciaturas para a formação de professores da rede pública de ensino que atuam sem a titulação exigida pela legislação educacional, integrando o Plano Nacional de Formação de Professores da Capes/MEC.

1.3. Prioridades Institucionais

Consideradas as análises diagnósticas do contexto histórico mundial, das características da Amazônia e da Universidade Federal do Tocantins, delineados, nesse particular, os cenários possíveis, foram eleitas 4 (quatro) prioridades institucionais, que, de forma transversal, deverão orientar as principais linhas de atuação da Universidade Federal do Tocantins (Planejamento Estratégico da UFT – 2005).

1.3.1. Ambiente de excelência acadêmica

- Ensino de graduação regularizado e de qualidade reconhecida e em expansão.
- Ensino de pós-graduação consolidado e em expansão, buscando a articulação das áreas de conhecimento dos cursos de graduação.
- Excelência na pesquisa, com fundamentação na interdisciplinaridade e na visão holística.
- Relacionamento de cooperação e solidariedade entre os docentes, discentes e técnico-administrativos.

- Excelência na extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, baseada no processo educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade.
- Construção de um espaço de convivência pautado na ética.
- Inserção do uso de TICs no ensino de graduação e pós-graduação, bem como incentivo a oferta de cursos na modalidade EAD como forma de democratizar e ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade.

1.3.2. Atuação sistêmica

- Fortalecimento da estrutura *multicampi*.
- Cooperação e interação entre os *campi* e cursos.
- Autonomia e sinergia na gestão acadêmica e no uso dos recursos.
- Articulação entre as diversas instâncias deliberativas: Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), Conselho Diretor e Colegiados de Cursos.
- Articulação entre os diversos setores: Pró-reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenações de Cursos.

1.3.3. Articulação com a sociedade

- Relações com os órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas.
- Fortalecimento e consolidação dos núcleos e grupos de trabalho.
- Preocupação com a equidade social (étnica e de gênero), promoção da inclusão social com respeito à pluralidade e à diversidade;
- Projetos político-pedagógicos que articulem ensino, pesquisa e extensão numa abordagem inter e transdisciplinar, com responsabilidade social e voltados para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.3.4. Aprimoramento da gestão

- Estatuto e regimento geral adequados à realidade da UFT.
- Funcionamento pleno dos Conselhos como orientadores da gestão institucional.
- Participação e transparência na administração.
- Procedimentos racionalizados e ágeis.
- Gestão informatizada.
- Gestores capacitados.
- Diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnico-administrativos.

1.4. Eixos Estratégicos

As definições das prioridades institucionais, atreladas aos eixos estratégicos, nortearão os objetivos e as ações estratégicas da Universidade Federal do Tocantins, quais sejam:

- ensino de qualidade, comprometido com valores científicos, étnicos, sociais e culturais;
- conhecimento, compromisso social e respeito à diversidade;
- gestão inovadora, transparente e responsável.

1.5. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos e as prioridades institucionais, definidos no Planejamento Estratégico da Instituição em 2005, estruturam, mas são insuficientes para orientar o esforço de desenvolvimento da organização. Um complemento imediato são os objetivos estratégicos, resultados prioritários – formulados em termos qualitativos – que devem ser alcançados dos ou mantidos no horizonte do Plano Estratégico da Instituição.

Do mesmo modo que as prioridades, os objetivos estratégicos devem ser poucos, seletivos e pertinentes a aspectos de alta relevância para a organização, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades e o projeto de desenvolvimento institucional.

Os objetivos estratégicos foram definidos em função de duas dimensões, a saber:

1.5.1. Ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão

- consolidar os cursos e programas (graduação e pós-graduação) existentes, melhorando sua qualidade e articulando-os em grandes áreas;
- ampliar o número de cursos e programas (graduação e pós-graduação), utilizando diversos meios, inclusive ensino a distância;
- articular a pesquisa com o ensino (graduação e pós-graduação) e sua devida interação com as ações de extensão;
- definir e consolidar uma política de incentivo à produção científica e à docência;
- projetar a UFT como referência nas áreas de Identidade, Cultura e Territorialidade, Agropecuária e Meio Ambiente, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Educação e Fontes Renováveis de Energia, por meio de programas de extensão;
- incentivar a implantação de mecanismos de flexibilização curricular com vistas à promoção da mobilidade intra e inter cursos e programas da própria UFT e de outras instituições públicas;
- incentivar a institucionalização de práticas acadêmicas e extensionistas que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade;
- promover o intercâmbio com as instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da extensão, da pesquisa e da pós-graduação;
- ampliar ações de extensão voltadas à cidadania, inclusão social, direitos humanos e ao meio ambiente.
- preparar alunos para o exercício da cidadania, tornando-os comprometidos com a sociedade e com uma visão humanística, crítica e reflexiva;
- implantar uma política de assistência estudantil que assegure a permanência de estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade;
- ampliar os meios de acesso da comunidade acadêmica aos bens culturais nacionais e internacionais por meio dos mecanismos da tecnologia da informação e comunicação.
- consolidar o Programa de Educação de Jovens e Adultos.

1.5.2. Aperfeiçoamento da Gestão

São objetivos dessa dimensão:

- adotar uma política ativa de comunicação e de divulgação das realizações, na busca da construção da imagem institucional;
- melhorar a infra-estrutura física, laboratorial e tecnológica, por meio da articulação política e de parceria com todos os setores da sociedade;

- ampliar a captação de recursos, incluindo convênios com instituições públicas e privadas;
- fortalecer as estruturas administrativas de todos os *campi*;
- descentralizar a gestão administrativa;
- fortalecer os órgãos colegiados;
- adotar mecanismos de fixação dos recursos humanos;
- racionalizar e otimizar a utilização de recursos materiais, financeiros e de pessoal;
- promover a modernização da gestão, ampliando a informatização;
- desenvolver políticas de qualificação de pessoal docente e técnico-administrativo.

II. PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL - PPI

2.1. A UFT no contexto regional

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT têm buscado estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

- As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.
- Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.
- Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caa-tinga, que caracterizam o Estado como uma região de Ecótonos.
- O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.
- Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.
- Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

No momento, a UFT desenvolve atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, atuando nas seguintes áreas de conhecimento com cursos de graduação e programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado:

- Ciência Animal
- Ciências Agrárias e Tecnológicas;
- Ciências Humanas e Letras;
- Ensino de Ciências;
- Ciências Humanas;
- Ciências Humanas, Artes e Comunicação;
- Ciências Sociais Aplicadas;
- Engenharias e Computação;
- Saúde;
- Ciências Sociais;
- Gestão e Negócios
- Hospitalidade e Lazer

2.2. Princípios Filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

A UFT nasceu no contexto do debate da Reforma Universitária. Esse momento é também um marco no projeto de expansão do ensino superior público no país e no avanço das políticas de inclusão e democratização do acesso à educação.

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando. A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira, a se fundamenta na ética e na política como bases fundantes da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá ser fundado no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprender. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Estas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças no processo de ensino - aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Em face desse contexto, o Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e

profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

2.3. Organização Didático-Pedagógica da Instituição

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As Políticas de Graduação devem estar articuladas e corresponder às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão.

Diante do exposto, entende-se que o elemento aglutinador das Políticas de Graduação desta Universidade é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), tomando como base a articulação das políticas desenvolvidas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFT.

O PPI da UFT foi construído considerando a grande crise vivida pela sociedade capitalista no final da década de 1970, o que intensifica o processo de reforma do modelo de Estado (passagem do Estado de Bem-Estar Social para um Estado Neoliberal) e implantação de um novo modelo de produção (passagem do modelo Taylorista/Fordista para um modelo Toyotista). Nessa perspectiva, a última década do Século XX e início do Século XXI tem sido palco de intensa convulsão social e econômica, provocando fortes transformações nas políticas econômicas, sociais (aí incluída a educação) e nas questões epistemológicas, exigindo mudanças na formação profissional do cidadão para atuar nesse novo contexto social. Nesse cenário, um currículo adequado passa pela perspectiva de um ensino articulado com a pesquisa e com a extensão. Dessa maneira, os elementos curriculares adquirirão novas formas, os conteúdos serão apreendidos compreensivamente e a relação aluno-professor se dará

no modo sujeito-sujeito; as metodologias serão variadas e ativas, a avaliação refletirá a análise do processo, considerando-se o alcance dos objetivos e a reorganização de ações e conceitos fundantes.

Todo esse leque de possibilidades educativas precisa, todavia, ser desenvolvido tendo como norte a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Nacional de Graduação (PNG), os movimentos sociais organizados, os fóruns internos como o FEPEC e as demandas produtivas.

A UFT construiu o seu PPI tendo como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino.
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino-aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem.
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá de frente no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro.
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade.
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber.
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento.
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado.
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

2.3.1. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Compreende-se o Projeto Pedagógico de um determinado curso de graduação como o conjunto de ações de caráter sócio-político-humanístico-ambiental e pedagógico relativo à formação acadêmico-profissional. Para a sua elaboração, implementação, avaliação ou reformulação devem ser observados os seguintes princípios:

- comprometimento com a igualdade de acesso e permanência dos discentes na Universidade, respeitadas as políticas de ações afirmativas;
- qualidade da educação oferecida nos cursos de graduação;
- gestão democrática;
- autonomia e liberdade para pensar, produzir e divulgar o conhecimento e os saberes, respeitando as concepções e práticas pedagógicas diferenciadas;
- valorização do magistério (formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho, salários adequados, entre outros);
- indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- participação de toda a comunidade acadêmica e de diferentes segmentos sociais;
- avaliação permanente de seus processos e resultados;
- respeito às especificidades locais e regionais.

O Projeto Pedagógico dos cursos de graduação deve ser composto dos elementos explicitados na Resolução nº 005/2005, de 17 de junho de 2005, compreendendo os marcos situacional, teórico, operativo e ações programáticas.

I. **Marco Situacional:** análise da realidade mais ampla na qual a Instituição está inserida, situando, portanto, os elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes. Após esta análise da realidade, prossegue-se com a construção do projeto apresentando:

- a) a identidade e história do Curso articulada com a história da Instituição sem perder de vista o contexto sócio-político e econômico e o resgate da memória dos currículos adotados até o momento.
- b) a justificativa que, em sua reformulação, deve partir de um diagnóstico, explicitando os avanços e as limitações da proposta vigente e as necessidades formativas que se colocam no contexto da área do conhecimento e da atuação profissional a que se vincula o curso.

II. **Marco teórico:** corresponde à direção, ao horizonte ampliado, ao ideal geral da instituição (realidade global desejada). São expressas as grandes opções do grupo em conformidade com as orientações da instituição, ou seja, consiste em assumir as concepções teórico-metodológicas que orientam a identidade com a qual o curso pretende construir: concepção acerca da visão de homem, de sociedade e de educação.

III. **Marco operativo:** consiste em apontar as linhas e propostas específicas que concretizam as concepções assumidas no marco teórico. Apresenta as concepções acerca:

- do processo de ensino-aprendizagem;
- das formas de construção e transmissão do conhecimento
- da organização do currículo
- da avaliação da aprendizagem
- da gestão dos processos educativos

IV – **Ações programáticas:** apresenta um conjunto de elementos que concretizem o marco referencial assumido como possibilidade, contemplando os seguintes aspectos:

- a) objetivos do curso, elaborados de acordo com as diretrizes curriculares específicas, observando a sua história no âmbito da UFT, devendo ser assumidos como eixo orientador da formação acadêmico-profissional;
- b) perfil profissiográfico: caracterização do cidadão-profissional desejado, que assegure uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, base para uma formação continuada;
- c) competências, atitudes e habilidades, que devem estar coerentes com os objetivos do curso e com a formação desejada para o profissional;
- d) campo de atuação do profissional: espaços sociais de realização do perfil profissiográfico desejado;
- e) explicitação da proposta curricular adotada a qual deve constar terminalidade, as ementas, definidas como resumo dos conteúdos relativos aos componentes curriculares, e suas respectivas bibliografias básicas, devidamente elaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes;
- f) proposta de prática como componente curricular e estágio supervisionado que consiste na explicitação de atividades teórico-práticas a serem vivenciadas pelo estagiário no âmbito da atuação acadêmico-profissional;
- g) atividades científico-acadêmicas e culturais, compreendidas como instância de enriquecimento curricular vivenciado dentro ou fora do âmbito acadêmico. O colegiado do curso deverá apresentar: a concepção de tais atividades; as ações que serão consideradas como elementos curriculares e os prazos para a realização e integração ao currículo acadêmico, em conformidade com as normas e legislação vigentes da UFT;
- h) laboratórios: descrição da interface das atividades realizadas no laboratório com as atividades de ensino e pesquisa;
- i) articulação da área do curso com a pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*;
- j) linhas de pesquisa e extensão: apresentar a proposta de como será desenvolvida a interface do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do curso, evidenciando os projetos que serão realizados no período de vigência do projeto pedagógico;
- k) avaliação do projeto pedagógico, como integrante da avaliação interna da UFT, ressaltando a avaliação de disciplinas, de docentes, da coordenação, de discentes, de egressos, de infra-estrutura conforme projeto de avaliação institucional;
- l) explicitação do conjunto de recursos humanos existentes na Universidade, abrangendo as seguintes dimensões administrativas e pedagógicas:
 - estrutura administrativa: coordenação de campus, coordenação de curso/assessoria pedagógica, órgãos colegiados, entre outros;
 - corpo docente devidamente habilitado e compatível: qualificação acadêmica, regime de trabalho, currículo resumido referente aos 3 últimos anos (nome, titulação, formação acadêmica, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, experiência na educação superior e participação em eventos), política institucional de aperfeiçoamento / qualificação / atuação docente;
 - corpo técnico-administrativo;
 - representação estudantil: forma de organização e participação do discente em órgãos colegiados.
- m) infra-estrutura na qual está instalado o curso:
 - biblioteca: considerar a adequação e atualização da bibliografia aos programas e objetivos das atividades de formação; acervo bibliográfico do curso (periódicos nacionais e internacionais indexados; videoteca com acervo; política de atualização e expansão do acervo;

informatização do acervo, acesso à Internet, equipamentos e computadores à disposição dos usuários; espaço físico para leitura, trabalho individual e em grupo; assinatura de jornais e revistas de atualidades);

- laboratórios especializados;
- instalações e equipamentos complementares;
- área de lazer e circulação;
- recursos áudio-visuais;
- acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- sala de direção de *campus*: observar a privacidade da coordenação para atendimento de professores, acadêmicos, técnicos administrativos e comunidade em geral;
- sala de coordenação de curso: observar a privacidade da coordenação para atendimento de professores, acadêmicos, técnicos administrativos e comunidade em geral.

A organização curricular deverá definir o regime acadêmico do curso seriado/créditos e poderá ser feita através de eixos temáticos, ciclos ou outra forma de organização curricular que possibilite a prática interdisciplinar entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, deverá definir a alocação dos componentes curriculares semestrais. A seleção dos componentes curriculares para os períodos letivos deve ser feita em função do objeto de estudo e deve ter como referência a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

2.3.2. Inovações quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

Em sua reestruturação acadêmico-curricular, a Universidade tem buscado elementos que promovam maior flexibilidade na formação acadêmica, possibilitando, ainda, o atendimento às diversidades regionais e às particularidades locais do Estado. A formação acadêmica dos novos cursos é composta por três ciclos: Ciclo de Formação Geral, Ciclo de Formação Específica e Ciclo de Pós-Graduação (opcional para o aluno), constituídos de cinco eixos: Humanidade e Sociedade, Linguagens, Estudos Integradores e Contemporâneos, Saberes Didático-Epistemológicos e Eixos específicos de área de formação.

Em busca de flexibilização curricular e melhor adequação ao perfil profissiográfico proposto pelo curso, atualmente, a quase totalidade dos colegiados fizeram uma revisão de seus Projetos Pedagógicos. A proposta de reestruturação acadêmica da UFT foi implantada em quatorze novos cursos e se apresenta em forma de ciclos articulados de aprendizagem, numa perspectiva interdisciplinar, visando a uma formação geral, humanística e profissional, proporcionando determinados saberes e aprendizagem em consonância com a área de conhecimento do curso. Essa organização curricular visa propiciar aos estudantes maiores possibilidades de construção de seus itinerários formativos e mobilidade com aproveitamento integral dos créditos cursados no Ciclo de Formação Geral.

Também a oferta de outras modalidades de cursos e metodologias foi implantada, a partir de 2006, com a implantação da modalidade de Educação à Distância, e a partir do segundo semestre de 2009, com três cursos superiores de tecnologia na área de gestão e negócios e turismo.

2.3.3. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

A partir da nova formulação curricular, o ingresso nos cursos de graduação poderá ocorrer pelo Vestibular (de acordo com as orientações em vigência na UFT) ou por outras modalidades de ingresso, conforme estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do campus e/ou de outro campus, observados os critérios de existência de vagas nas interdisciplinas e orientações emitidas pela Coordenação da Área e/ou do Curso. O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em **normativa própria**, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa do eixo, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento. O aproveitamento dos eixos cursados em outro curso será realizado por meio de sistema creditação dos estudos realizados pelos estudantes nos eixos do Ciclo de Formação Geral. As complementações necessárias deverão restringir-se ao Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento, quando necessários.

O aluno deverá compor, ao final do 1º ciclo, um total de créditos mínimo, ou porcentagem em relação aos eixos de cada área de conhecimento a ser normatizado pela UFT para efeito de transferência de curso. Ao final do 1º ciclo, será garantida uma declaração atestando os conhecimentos obtidos e a eventual mudança de área de conhecimento ou curso da UFT, em conformidade com a lei.

Para o ingresso no 2º ciclo, na existência de vagas para o curso, o acadêmico interessado terá três opções: por requerimento individual na existência de maior número de vagas que a demanda; por classificação do índice de rendimento e aproveitamento do primeiro ciclo (no caso de ter mais interessados do que vagas para determinada terminalidade), e/ou testes de conhecimento sobre conteúdos dos cursos específicos para cada opção de prosseguimento em sua carreira profissional. A prioridade será dada para os alunos que ingressaram na área de conhecimento, todavia, a migração entre áreas afins será possível desde que haja vaga e, respeitadas as prioridades estabelecidas para tais casos.

O 2º ciclo de cada curso garantirá o número de vagas definido no processo seletivo, proporcionalmente às terminalidades previstas para as respectivas áreas de conhecimento. As terminalidades que tiverem número maior de interessados, que o número de vagas previsto para a turma, atenderão às orientações de classificação acima. O bloco de conteúdos ofertados, no segundo ciclo, para determinada habilitação poderá ser cursado por acadêmicos de outra habilitação, permitindo a integralização curricular e a busca por uma nova habilitação ao concluir a primeira.

Ao final do 2º ciclo, o aluno receberá um diploma atestando a sua titulação em um curso, podendo, posteriormente, buscar a formação em outras áreas de conhecimento. Ao integralizar a proposta curricular, ele receberá um diploma de Licenciado, Bacharel ou Tecnólogo, dependendo da opção realizada ao final do primeiro ciclo e do itinerário curricular integralizado.

A múltipla titulação deverá ser estimulada. Será disponibilizado ao aluno um serviço de orientação sobre os itinerários formativos, de maneira que ele possa cursar mais de uma habilitação, por meio de combinações de títulos, assim como a migração de área na passagem do 2º para o 3º ciclo.

2.3.4. Atividade prática profissional e de estágio

A perspectiva da ‘prática’ como ‘componente curricular’ deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se volta para a

compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico.

A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro profissional deverão ser incluídas no Projeto Pedagógico do Curso, propostas interdisciplinares de trabalho, elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

Outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica é o estágio supervisionado. Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio *supervisionado*. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

O estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro profissional um conhecimento do real em situação de trabalho. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos. Mas, é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar.

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem, que se dá pelo exercício direto *in loco* ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação. Visa à reflexão teórico-prática sobre a formação. Nesse sentido, deve incorporar as seguintes dimensões:

- observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar;
- acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso;
- elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas práticas específicas de cada habilitação.
- Produção de conhecimento científico e de relatórios acerca dos trabalhos realizados durante o período de estágio.

Além disso, entendemos que os cursos de licenciatura devem ter uma proposta de base comum que tenha por eixo uma concepção ampla de docência que englobe as múltiplas dimensões do trabalho pedagógico por meio de uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos –, uma ampla formação cultural e a incorporação da pesquisa como princípio formativo, entre outros.

O estágio curricular obrigatório, nesse sentido, configura-se como um espaço formativo privilegiado de diálogo crítico com a realidade que deve proporcionar ao estudante experiências práticas na sua linha de formação, favorecendo a articulação do ensino com a pesquisa e extensão. O estágio curricular não-obrigatório, por sua vez, visa à ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional expressas no projeto pedagógico do curso.

2.3.5. Desenvolvimento de materiais pedagógicos

A instituição tem incentivado a formação de grupos de pesquisa, especialmente ligados aos cursos que implementaram carga horária a distância parcial nos cursos de graduação ou os próprios cursos a distância com o objetivo de propiciar o desenvolvimento, a produção e a divulgação de materiais didáticos interdisciplinares, a serem utilizados nas disciplinas, assim como no Ensino Fundamental e Médio. Por meio da interação Universidade/Escola, envolvendo pesquisadores e professores dos cursos regulares, espera-se estabelecer ações que levem a construção conjunta de uma sistemática de atividades e reflexões sobre a prática pedagógica e a formação continuada dos docentes. Também os trabalhos que envolvem os estudantes inseridos nos projetos de iniciação à docência e de articulação do ensino, pesquisa e extensão tem impulsionado o desenvolvimento de materiais pedagógicos.

2.3.6. Incorporação de avanços tecnológicos

A partir de 2006, a UFT implantou o curso de licenciatura em Biologia a distância tendo a partir daí incentivado a utilização da plataforma moodle e dos recursos das tecnologias de informação e comunicação, em geral, para todas as disciplinas dos cursos regulares. Atualmente, a formação dos professores da Educação Básica, que atuam em sala de aula, mas não possuem a titulação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDB-9394/96, está sendo realizada com a utilização de 20% da carga horária a distância. O uso da plataforma moodle foi incorporado às atividades regulares do curso, sendo que a cada semestre os professores têm que cumprir uma carga horária em atividades relacionadas às novas tecnologias. Por outro lado, os demais cursos têm também buscado o desenvolvimento de materiais didáticos, como é o caso da Medicina, Enfermagem, Engenharias, dentre outros.

A pós-graduação *lato sensu* tem sido realizada por meio dos recursos tecnológicos o que permite uma disseminação dos conhecimentos acumulados pela Universidade para os pontos mais distantes do estado do Tocantins. Dentre os cursos que têm sido disponibilizados, podemos destacar os de Gestão pública, gestão pública municipal e gestão em saúde, Coordenação pedagógica, Mídias na Educação, dentre outros.

2.4. Políticas de Ensino de Graduação (PROGRAD)

Os princípios fundamentais que orientam a construção das políticas da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) estão assentados na concepção da educação como direito de todos, alicerçada na ética e nos valores da solidariedade, liberdade, igualdade, justiça social e sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento, nas dimensões pessoais e sociais, de cidadãos críticos e compromissados com a transformação social. Está focada em uma formação assinalada pelo humanismo fundado na pluralidade de idéias e no respeito aos valores da convivência ética.

A Pró-Reitoria de Graduação tem como missão proporcionar um ensino voltado para a produção e difusão do conhecimento científico, sócio-político e cultural, com vistas à formação do cidadão e do profissional qualificado e comprometido com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Os principais desafios a serem enfrentados pela UFT, a curto e médio prazo são:

- aprofundamento dos debates, proposições e estratégias voltadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação por meio da articulação do ensino, pesquisa e extensão.
- proposição de novas formas de organização didático-pedagógica e de utilização dos recursos das tecnologias de informação e comunicação;
- ampliação do debate sobre a qualidade nos cursos de graduação, por meio do Fórum das Licenciaturas e de outras instâncias a serem implementadas também para os bacharelandos;
- melhoria e modernização das condições físicas (salas de aula, laboratórios, áreas de convivência e lazer, sala de professores);
- implantação do Sistema de Bibliotecas da UFT em sua plenitude, contemplando empréstimos entre os *campi*, banco de teses e dissertações, acesso a periódicos nacionais e internacionais;
- melhoria da gestão dos cursos de graduação;
- ampliação das formas de intercâmbio com outras universidades públicas nacionais e internacionais visando à obtenção de outras experiências acadêmicas para os estudantes, assim como a dupla titulação.

2.4.1. Políticas e Programas estratégicos

- I. Implantação, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).
- II. Reestruturação dos cursos por áreas de conhecimento, assumindo uma concepção interdisciplinar na formação do estudante.
- III. Melhoria do nível de desempenho acadêmico nos cursos de graduação.
- IV. Implantação, acompanhamento e avaliação do Sistema de Bibliotecas (SISBIB).
- V. Aprimoramento do Sistema de Controle e Registro Acadêmico.
- VI. Intensificação dos programas de mobilidade e internacionalização da graduação.

I. Implantação, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Diretrizes:

- Criar espaços e instâncias para o debate e reflexão sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional nos fóruns e grupos de trabalho específicos.
- Propor instrumentos de acompanhamento e avaliação dos Projetos pedagógicos dos cursos, tendo como diretriz a formação integral do aluno, para as mudanças científicas, tecnológicas e culturais em que estão inseridos.
- Intensificar a mobilidade acadêmica inter cursos, com outras universidades públicas nacionais e internacionais.

- Incentivar a utilização dos recursos tecnológicos nos cursos de graduação e a proposição de novas formas de organização didático-pedagógica dos cursos.
- Proporcionar a oferta de outras modalidades de cursos visando à complementação dos estudos os estudantes com baixo rendimento acadêmico e para os indígenas.
- Implementar uma política de estágios que contemple as especificidades das licenciaturas, do bacharelado e demais cursos oferecidos pela UFT.
- Avaliar os projetos pedagógicos dos cursos por meio dos dados obtidos no Portal de Egressos, subsidiando os coordenadores com relatórios e análises específicas.

Estratégias

- Assessorar, continuamente, o processo de reestruturação e implementação dos PPCs, promovendo eventos e outros espaços para o contínuo debate sobre a formação do estudante.
- Realizar, semestralmente, diagnósticos das necessidades formativas dos docentes da UFT a partir da avaliação dos resultados acadêmicos.
- Estruturar o núcleo de apoio pedagógico em todos os *campi* visando implementar ações efetivas de acompanhamento dos estudantes com baixo rendimento discutir as questões de ordem didático-pedagógicas.
- Promover espaços de discussão sobre novas experiências didático-pedagógicas.
- Analisar os resultados dos cursos obtidos por meio de estudos internos e de avaliações promovidas pelo sistema nacional.
- Subsidiar os gestores dos cursos de graduação com análises e estudos relativos ao desempenho acadêmico.
- Promover o debate sobre as formas inovadoras de realização do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório.
- Analisar dos dados obtidos por meio do portal de egressos como forma de subsidiar a melhoria dos cursos de graduação.
- Propor diretrizes para realização do planejamento acadêmico.
- Formar grupos de estudos para o aprofundamento de temas relativos às novas metodologias e modalidades de cursos a serem implementados nos *campi* universitários;
- promover espaços interdisciplinares para se discutir e avaliar os resultados dos processos formativos oferecidos pelos cursos.

II. Reestruturação dos cursos por áreas de conhecimento, assumindo uma concepção interdisciplinar na formação do estudante.

Diretrizes

- Promover ações que incentivem a articulação do ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas pedagógicas dos cursos.
- Propor novas formas de organização didático-pedagógico dos cursos de graduação e novas metodologias do processo de ensino e aprendizagem.
- Propor novos modelos de estudos de graduação, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação.
- Incentivar a proposição de cursos e programas a partir das grandes áreas de conhecimento, articuladas aos programas e linhas de pesquisa da pós-graduação.
- Promover a mobilidade acadêmica a partir da organização curricular dos cursos de graduação.

- Implementar programas de formação docente com temáticas voltadas para as novas metodologias e interdisciplinaridade.

Estratégias

- Intensificar a criação de espaços para o debate sobre a interdisciplinaridade nos processos de formação envolvendo os docentes e discentes dos diversos cursos de graduação.
- Promover a formação de grupos de estudo com vistas a aprofundar as discussões sobre as novas tecnologias aplicadas ao ensino de graduação.
- Promover atividades acadêmicas, palestras, seminários interdisciplinares em todos os *campi*;
- acompanhar e avaliar, de forma sistemática, as experiências interdisciplinares desenvolvidas nos cursos.
- Oferecer cursos e programas de formação docente para todas as áreas, tendo como foco a interdisciplinaridade, avaliação como processo formativo e novas metodologias.

III. Melhoria do Desempenho Acadêmico

Diretrizes:

- Acompanhar os resultados dos instrumentos de avaliação externa dos cursos.
- Identificar as demandas de formação docente visando à melhoria dos resultados acadêmicos.
- Avaliar os resultados obtidos pelos estudantes integrantes dos Programas de Melhoria da graduação.
- Aperfeiçoar a relação institucional com os programas e projetos no âmbito do Sistema Federal de Educação (PET, PIM, MA, PIMI, PIBID e PRODOCÊNCIA).

Estratégias

- Identificar as dificuldades que impedem o bom desenvolvimento dos programas e projetos federais.
- Buscar os recursos necessários (humanos e materiais) para o bom desenvolvimento dos programas e projetos em pauta.
- Avaliar os instrumentos de avaliação e acompanhamento sistemático dos referidos programas e projetos.
- Promover acompanhamento específico aos discentes nos períodos iniciais do curso, como forma de subsidiar os cursos de graduação na formulação de novas estratégias de aprendizagem.
- Propor programas e estratégias visando propiciar apoio pedagógico aos alunos que têm dificuldades em acompanhar o fluxo regular do curso

IV. Implantação, acompanhamento e avaliação do Sistema de Bibliotecas - SISBIB

Diretrizes:

- Implantar o Sistema de Bibliotecas em todos os *campi*, em conformidade com os instrumentos constantes do Regimento Geral do SISBIB.
- Implantar um atendimento padrão, moderno, informatizado, com possibilidades de empréstimos inter-*campi*.
- Implementar, de forma sistemática, ações que incentivem o desenvolvimento da leitura e o uso das bibliotecas.
- Promover a atualização do acervo em consonância com os projetos pedagógicos.

- Dotar as bibliotecas de acervo diversificado atendendo às demandas de leituras dos alunos.
- Implantar o banco de teses e dissertações.
- Implementar a biblioteca virtual buscando o seu aprimoramento constante.

Estratégias

- Estruturar o Comitê Gestor e definir a organização dos trabalhos conforme Regimento do SISBIB.
- Atualizar o acervo bibliográfico, em conformidade com a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Aprovar e implantar o sistema de acesso a teses, dissertações e monografias por meio do portal do Sistema de Bibliotecas da UFT.
- Promover capacitação dos servidores em relação à promoção de atendimento aos usuários e de atividades de leitura.
- Criar os mecanismos e selecionar os acervos virtuais a serem disponibilizados pela biblioteca virtual disponível no portal da UFT.

V. Aprimoramento do Sistema de Controle e Registro Acadêmico

Diretrizes:

- Aprimorar o Sistema de Informação do Ensino como forma de atender às demandas institucionais.
- Estruturar do ponto de vista físico e de recursos humanos os Setores de Registro de Diplomas, de Controle Acadêmico e Secretarias Acadêmicas.
- Promover a capacitação e atualização dos gestores dos cursos sobre os recursos disponíveis pelo sistema informatizado para avaliação e acompanhamento dos indicadores dos cursos.
- Promover a informatização e sistematização do Setor de Registro de Diplomas.
- Implementar um sistema de avaliação da organização e dos trabalhos desenvolvidos pelas Secretarias Acadêmicas.
- Implantar o arquivo central da UFT.

Estratégias

- Desenvolver novos recursos do SIE visando ao atendimento às demandas do MEC, INEP e outros órgãos e instâncias da UFT.
- Estruturar a Setor de Registro de diplomas para atendimento às IES do estado.
- Definir e implementar uma política de gestão e guarda de documentos acadêmico-institucionais.
- Promover a capacitação continuada dos gestores dos cursos e servidores da Secretaria Acadêmica visando às novas demandas institucionais.
- Avaliar a organização e os trabalhos desenvolvidos pelas Secretarias Acadêmicas;
- Implementar a estrutura mínima das Secretarias Acadêmicas a partir de estudos realizados sobre os trabalhos e organização desse Setor.
- Promover a digitalização, organização e guarda dos documentos vitalícios gerados pelo Setor de Registros e Controle Acadêmico da Prograd.

VI. Promoção de mobilidade e internacionalização da graduação.

Diretrizes

- Promover, em conjunto com a Diretoria de Assuntos Internacionais, estudos dos currículos dos cursos de graduação de algumas áreas visando à obtenção de dupla titulação pelo estudante da UFT.
- Analisar a legislação educacional específica nos países envolvidos para a proposição de formas de articulação dos processos formativos.
- Firmar convênios com instituições internacionais e nacionais visando à complementação de estudos na graduação e a obtenção da segunda titulação.
- Incentivar a mobilidade acadêmica dos estudantes de graduação tanto em nível nacional quanto internacional.

Estratégias

- Identificar a legislação pertinente e as exigências institucionais para a proposição de parcerias entre instituições nacionais e internacionais.
- Sensibilizar os coordenadores e professores em relação às necessidades de adaptações curriculares visando à obtenção de dupla titulação pelos estudantes.
- Promover estudos com os grupos das outras instituições visando à promoção de convênio e parcerias para a obtenção da dupla titulação.
- Divulgar as possibilidades de mobilidade estudantil entre as universidades nacionais e internacionais.

2.4.2. Educação à distância

A educação a distância foi implantada, no âmbito da UFT, em caráter experimental, no ano de 2006 com o curso de licenciatura em Biologia, em três unidades operativas de Educação a Distância, nos *campi* universitários da UFT de Araguaína, Gurupi e Arraias.

A oferta do curso de Biologia, modalidade educação a distância, originou-se a partir da elaboração de um projeto apresentado pelo Consórcio Setentrional, constituído inicialmente por oito Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) dos Consórcios Regionais UNIVIR-CO, Amazônia NET E CONSÓRCIO BAHIA, filiados à UniRede, para atender à chamada pública MEC/SEED no 01/2004. Com a adesão da UFT ao Consórcio Regional Amazônia NET, abriu-se a possibilidade da inserção dessa Universidade no Consórcio Setentrional, com a oferta de três Unidades Operativas.

A proposta inicial do Consórcio foi aprovada pelo MEC em 2004, e o curso teve início em 2005. Após a avaliação das experiências formativas desse curso foi realizada uma nova discussão sobre a EaD na UFT com o estabelecimento de uma política de oferta de cursos na modalidade a distância: graduação e pós-graduação, parcial ou total, bem como o fomento ao uso de tecnologias no ensino da UFT.

Tais políticas levaram a oferta dos seguintes cursos:

1. Graduação

- Licenciatura em Biologia (Ato de autorização CONSUNI nº 06/2005)
- Licenciatura em Física (Ato de autorização nº 23101001076/2009-66 – aprovado em 28/04/09)
- Licenciatura em Matemática (em apreciação pelo CONSUNI)
- Licenciatura em Química (Ato de autorização nº 23101001077/2009-19 aprovado em 28/04/09).

2. Pós-Graduação Lato Sensu:

- Gestão em Saúde
- Gestão Pública Municipal
- Gestão Pública

As diretrizes seguintes explicitam a proposta de encaminhamento dessa modalidade de ensino na Universidade.

Diretrizes

- Propor e implementar a política de educação a distância, tendo como referência a qualidade acadêmica, a articulação com as demais políticas educacionais da UFT, a sua necessária ação integradora entre as várias áreas do conhecimento e o seu papel social.
- Identificar áreas de conhecimento e demandas regionais para a proposição de cursos e programas de formação continuada mediados pelas tecnologias da informação e comunicação.
- Implementar um sistema de avaliação contínua dos cursos semipresenciais mediados pelas tecnologias.
- Formar grupos de estudos e aprofundamento de temas relativos à inserção das tecnologias nos cursos de graduação.
- Promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão como princípio norteador dos cursos de graduação à distância.

Estratégias:

- Construir estratégias de disponibilização e incentivos ao uso de tecnologias educacionais no ensino de graduação.
- Institucionalizar métodos de ensino e pesquisa através da Tecnologia da Informação e Comunicação – TICs.
- Desenvolver nos Campi da UFT uma política de instrumentalização dos recursos das TICs que promovam a relação entre professores e alunos quanto ao ensino-aprendizagem.
- Capacitar professores, técnicos administrativos e alunos na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nas relações de ensino-aprendizagem.
- Produzir material de design gráfico, de conteúdo educacional, didático e paradidático baseados no processo de criação das Tecnologias da Informação – TICs.
- Construir salas de aulas adaptadas e adequadas ao ensino tecnológico a serem utilizadas como laboratório aos professores dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado que aderirem ao uso das TICs e que sirvam de referência aos novos espaços educacionais a serem construídos na UFT.
- Criar um grupo de apoio multidisciplinar voltado ao estudo e à proposição de estratégias que visem à transformação dos processos educacionais no âmbito da UFT.

2.5. Políticas de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ)

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora

das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento.

Áreas Prioritárias

- I. Educação
- II. Biodiversidade dos Ecótonos
- III. Mudanças Climáticas
- IV. Identidade, Cultura e Territorialidade
- V. Agropecuária e Meio Ambiente
- VI. Fontes Renováveis de Energia
- VII. Saúde

As políticas de Pesquisa e Pós-Graduação da UFT são coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), que tem como principais eixos norteadores:

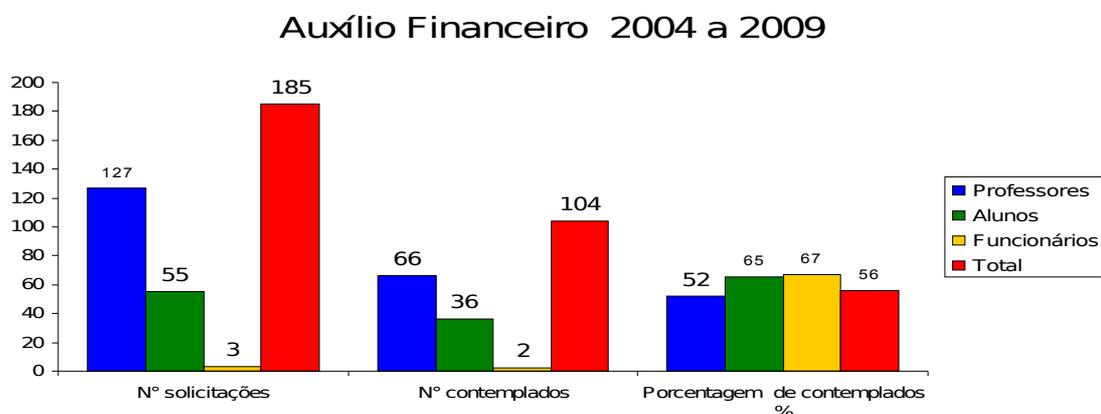
- I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (PIBIC);
- II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação *Stricto Sensu*;
- III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;
- V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);
- VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- VII. Tradução de artigos.

No âmbito da pesquisa, procura-se incentivar a comunidade acadêmica da UFT a realizar e ampliar sua inserção em projetos científicos, através de ações como: divulgação de editais de pesquisa das principais agências de fomento do Brasil; acompanhamento dos projetos realizados pelos docentes, através de cadastro e de relatórios; solicitação constante de cadastro de grupos de pesquisa na Plataforma do CNPq; apoio a eventos científicos como seminários e congressos e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência regional; além de manutenção de dois programas que auxiliam financeiramente a realização, a divulgação e a publicação de pesquisas científicas - Auxílio Financeiro para Eventos e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

A Universidade Federal do Tocantins – UFT, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPESQ, concede auxílio para apresentação de trabalhos em eventos científico-artistas realizados no Brasil a professores efetivos, em exercício, técnico-administrativos efetivos, em exercício, e alunos matriculados na UFT, que estejam apresentando, na qualidade de primeiro autor, trabalhos devidamente aceitos pelos eventos em questão.

O auxílio concedido pela UFT para professores e técnicos é oferecido através de passagens aéreas (ida e volta) até a cidade mais próxima do local de realização do evento ou diárias. Para alunos, o benefício é oferecido através de passagem terrestre (ida e volta).

A PROPESQ divulga o Edital do Programa de Auxílio três vezes ao ano para três períodos: eventos que ocorrem de janeiro a abril; de maio a agosto e para setembro a dezembro. A avaliação das solicitações é feita pelo Comitê Técnico Científico – CTC da UFT, de acordo com normas referentes ao Programa de Auxílio descritas **na Resolução no. 02/2007** do CONSEPE. Segue abaixo, o quadro com o andamento do Programa de Auxílio Financeiro de 2004 a 2009.



As pesquisas são desenvolvidas nos 07 *campi* por meio dos professores pesquisadores. Em relação à contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional verifica-se o desenvolvimento de atividades que levam em consideração as características da região tais como: indígenas, quilombolas, coco - babaçu, biodiesel, cerrado, dentre outros. Existe uma articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas em decorrência das atividades de iniciação científica que são desenvolvidas por estudantes da graduação orientados pelos professores pesquisadores.

Os critérios para o desenvolvimento da pesquisa são definidos na Resolução nº 01/2004, observando-se ainda as regras do Comitê de Ética em Pesquisa.

Em relação à participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos a Propesq realiza anualmente os Congressos ou Seminários de Iniciação Científica, onde ocorre a divulgação os trabalhos. Além disso, existe o Programa de Auxílio Financeiro para participação em eventos científicos no qual o pesquisador contemplado tem auxílio financeiro para apresentar seu trabalho em eventos externos. Quanto às publicações, existe uma política de criação de revistas eletrônicas, por meio do SEER/IBICT onde o pesquisador tem a oportunidade de publicar as suas atividades, como também pode publicá-las em outras revistas.

O estímulo à pesquisa poder ser observado também pelo aumento crescente da demanda de projetos enviados para participação no programa de Iniciação científica da instituição e pelo aumento de bolsas oferecidas pela instituição e pelo CNPq. Os números de projetos enviados para a Iniciação Científica foram os seguintes: 193 em 2004, 139 em 2005, 152 em 2006, 168 em 2007, 231 em 2008 e 306 em 2009. O número total de bolsas oferecidas ao alunos de IC foi: 51 em 2004, 81 em 2005, 100 em 2006, 105 em 2007, 120 em 2008 e 183 em 2009.

2.5.1. Núcleo de temas optativos

Até a presente data existem 101 grupos de pesquisa certificados na base de dados do CNPq. Os projetos de pesquisa quando submetidos pelos seus coordenadores aos Editais das Agências de fomento, em sendo aprovados, recebem financiamento para o seu desenvolvimento. Atualmente a

UFT tem projetos de pesquisa que recebem fomento de agências tais como: CNPq, FINEP, Secretaria de Ciência e Tecnologia, dentre outros.

Os apoios para o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de fomento são obtidos quando os Líderes de Grupo concorrem aos Editais de Fomento e são contemplados ou ainda quando buscam apoio por meio de parcerias e/ou convênios.

Os professores pesquisadores devem buscar convênios e acordos com outras instituições para o desenvolvimento das suas atividades de pesquisa.

Grupos de pesquisa:

Ciências agrárias: 24
Ciências Biológicas: 07
Ciências da Saúde: 09
Ciências Exatas e da Terra: 06
Ciências Humanas: 25
Ciências Sociais Aplicadas: 16
Engenharias: 08
Linguística, Letras e Artes: 06
Total de grupos: 101

O Programa de Pós-Graduação estabeleceu parceria com a CAPES na implementação de outros programas de mestrado e doutorado interinstitucional em diferentes áreas do conhecimento, proporcionando a abertura de novos cursos e propiciando a qualificação dos docentes.

As políticas de qualificação docente desta IFES têm buscado alinhar-se a Política Nacional de Pós-Graduação (2005-2010). Deste modo, busca situar-se nas diretrizes das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação como a CAPES e o CNPQ.

A Política de Capacitação Docente da Instituição, com apoio fundamental da CAPES, permitiu um aumento na criação de grupos de pesquisa que se consolidaram e permitiram a criação de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Atualmente, a instituição oferta 08 Programas de Pós-Graduação, totalizando 09 cursos de pós-graduação.

Os programas oferecem normalmente de dez a quinze vagas por seleção e a entrada é anual.

I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (PIBIC);

Diretrizes

- Fazer gestão junto ao CNPq visando ao aumento do número de bolsas de iniciação científica (IC).
- Incentivar as solicitações de bolsas em outras fontes.
- Estabelecer a interação dos programas de IC com a pós-graduação.

Estratégias

- Promover ampla divulgação de editais de bolsas de IC.
- Promover a participação dos alunos de IC em projetos de pesquisa vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

- Realizar seminários de iniciação científica.
- Apoiar as iniciativas de realização de fórum para debater a importância da IC nos *Campi*.

II - Fortalecimento e expansão da pós-graduação *Stricto Sensu*.

Diretrizes

- Induzir, incentivar e apoiar a criação de novos programas de mestrado e doutorado.
- Implementar o gerenciamento integrado da pesquisa e da pós-graduação via sistema informatizado (SIE).
- Estimular a cooperação internacional dos programas de pós-graduação da UFT com outros já consolidados.

Estratégias

- Incentivar a integração de equipes de pesquisadores em torno de objetivos multidisciplinares convergentes.
- Apoiar e incentivar a publicação de livros e artigos em revistas indexadas (QUALIS).
- Reivindicar, entre outros benefícios, bolsas e financiamentos de projetos junto às agências de fomento.
- Promover ações indutoras para a integração dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação com os futuros programas de mestrado e doutorado.
- Apoiar a realização de congressos, simpósio, seminários e semanas internas.
- Divulgar a produção acadêmica da UFT.
- Identificar as demandas da sociedade.
- Fortalecer os grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento.
- Incentivar a formação de grupos de pesquisa multi e interdisciplinares.
- Estimular a cooperação internacional em grupo.
- Promover articulações interinstitucionais para efetivar programas de mestrado e doutorado em diversas áreas com necessidade de formação de mestres e doutores.

III - Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;

Diretrizes

- Tornar a produção científica, tecnológica e artística da UFT mais visível para a sociedade.
- Otimizar a interação dos pesquisadores da UFT com grupos externos.
- Avaliar a produção científica.

Estratégias

- Promover e apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários integrados.
- Implantar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas Científicas (SEER)–IBICT/UFT (submissão, avaliação, publicação, indexação - TEDE/FINEP/IBICT/Capes).
- Identificar as demandas da sociedade.
- Apoiar a participação em encontros regionais e nacionais.

IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos

Diretrizes

- Buscar condições para que mais de 90% do quadro docente da UFT sejam formados por mestres e doutores.
- Estimular a atualização profissional continuada.
- Desenvolver ações integradas para a pós-graduação, o desenvolvimento institucional e demanda por recursos humanos.

Estratégias

- Sustentar junto às agências de fomento, a manutenção de programas de bolsas de estudo para a pós-graduação.
- Promover articulações interinstitucionais para efetivar programas de mestrado e doutorado em áreas com necessidade de formação de mestres e doutores (Minter e Dinter).

V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC)

Diretrizes

- Desempenhar papel estratégico nos processos de criação e aperfeiçoamento de regras para avaliação de projetos e solicitações da comunidade científica.
- Acompanhar a qualidade e os princípios éticos e científicos dos programas e projetos propostos e implantados na Instituição.

Estratégias

- Criar regras para o julgamento das solicitações no âmbito técnico-científico da pesquisa e pós-graduação.
- Interagir com a comunidade para o estabelecimento de propostas que possam melhorar a qualidade de programas e projetos da Universidade.

VI. Implantação da avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação como processo integrante dos projetos pedagógicos dos cursos

Diretrizes

- Implantar instrumentos de avaliação interna dos projetos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação da instituição.
- - Construir indicadores que possam servir de parâmetro para o planejamento das ações.

2.6. Políticas de Extensão e Cultura (PROEX)

Missão da PROEX

Proporcionar condições para a realização de atividades de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, estabelecendo o vínculo entre o conhecimento acadêmico, a intervenção social e o comprometimento com o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade.

Áreas de atuação da extensão

- I. Comunicação
- II. Cultura
- III. Direitos Humanos e Justiça
- IV. Educação
- V. Meio ambiente
- VI. Saúde
- VII. Tecnologia
- VIII. Trabalho

A preocupação com a integração Universidade/sociedade faz parte do compromisso social das Instituições Públicas de Ensino Superior que, como bem público, não devem apenas garantir o ensino gratuito. A concepção deve ser mais ampla, no sentido de garantir também as possibilidades de participação da sociedade de usufruir, de alguma forma, do conhecimento que se produz no âmbito acadêmico. Essa inter-relação também favorece a troca de conhecimentos, que enriquece a formação do aluno e as experiências docentes. Essa ligação é estabelecida e estimulada pela PROEX, responsável direta na instituição pelo desenvolvimento de ações que viabilizem essa proposta.

O papel da extensão universitária é, portanto, realizar esse compromisso da Universidade, através dos programas, projetos, cursos, consultorias, serviços, seminários, entre outras ações, que são cadastradas, apoiadas e executadas pela PROEX. A extensão da UFT vem buscando consolidar essas políticas acadêmicas de extensão, fortalecendo o projeto da Universidade de interagir com os diversos grupos sociais de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

No âmbito da Extensão e da Cultura, procura-se incentivar a comunidade acadêmica da UFT a realizar e ampliar sua inserção em programas e projetos, através de ações como: divulgação de editais de extensão e cultura das principais agências de fomento do Brasil; acompanhamento dos projetos realizados pelos docentes, por meio de cadastro, de relatórios e da devida certificação dos participantes; acompanhamento das ações dos núcleos de extensão, bem como dos GTs de extensão, cultura e indígena; apoio a eventos como seminários e congressos; apoio e coordenação da Comissão Especial para a Promoção de políticas de Igualdade Racial (CEPPIR); criação e coordenação do núcleo do Projeto Rondon Regional; além da manutenção de edital do programa institucional de auxílio à realização das Semanas Acadêmicas dos Cursos de Graduação da UFT, bem como da Semana Acadêmica Indígena. A PROEX participa ainda do Programa Institucional de Bolsas Permanência, através do edital para cadastro de Projetos de Extensão e Cultura/Permanência.

A PROEX se articula através de representações em todos os campi. Assim, coordena os grupos de trabalho (GTs), cujos coordenadores são indicados pelo próprio campus, nos seguintes eixos:

- Extensão
- Cultura
- Indígena

No que se refere ao incentivo à problematização, discussão e execução de ações extensionistas e culturais a PROEX promove encontro sistemático dos núcleos de extensão e cultura, acompanha as atividades dos respectivos núcleos por meio de relatórios e apóia os eventos por eles realizados.

Já em relação à promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais, a PROEX articulou a criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente na UFT – **NIADI** -, cujo objetivo é oferecer condições básicas de acesso, ingresso e permanência aos acadêmicos deficientes, bem como de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações como forma de consolidar a UFT como IFES de referência para o acesso do aluno deficiente. A proposta abarca ainda a promoção de projetos educacionais que envolvam os vários cursos ofertados pela universidade, visando a formação de futuros profissionais com uma visão aberta à sociedade inclusiva.

Quanto ao compromisso com as políticas de igualdade racial, a PROEX criou a CEPPIR (Comissão Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial), em fevereiro de 2004, com a finalidade de propor, no âmbito da UFT, políticas de inclusão e permanência na universidade de alunos oriundos da população negra, indígena e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A comissão conta com representantes de todos os campi e participa de reuniões sistemáticas promovidas pela PROEX, além de manter representação da CEPPIR/UFT em vários fóruns de discussão regionais e nacionais que tenham a temática em questão como pauta.

I. Promover a cidadania

Diretrizes

- Articular os acadêmicos nas ações de inclusão social.
- Fortalecer ações que promovam a inserção da comunidade na universidade.
- Potencializar a entrada dos alunos a partir de cursos preparatórios para ingresso no ensino superior.
- Ampliar atividades interdisciplinares reafirmando a extensão indissociável ao ensino e à pesquisa.

Estratégias

- Reestruturar o Programa de Educação de Jovens e Adultos.
- Desenvolver, em parceria com secretaria da juventude e secretaria da educação, o programa de democratização para curso preparatório para vestibular.
- Fortalecer os núcleos de ensino, pesquisa, extensão para a realização de seminários, debates sobre cidadania e prospecção de editais nacionais.
- Ampliar o programa UFT Comunidade para fomentar a participação dos docentes, discentes e técnicos em projetos na comunidade.

II. Fortalecer as ações de inclusão social

Diretrizes

- Promover ações que estimulem a geração de renda e a inclusão no mercado de trabalho.
- Garantir a permanência com qualidade dos alunos em vulnerabilidade.
- Fortalecer ações voltadas às políticas de ações afirmativas.

Estratégias

- Estimular os núcleos e GTs no desenvolvimento de ações em resposta às demandas da comunidade.
- Realizar o diagnóstico do perfil dos alunos com necessidades especiais.

- Fortalecer e apoiar atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão para atender as necessidades e dificuldades dos alunos em vulnerabilidade.
- Propor cursos de extensão voltados para a docência para e pela diversidade.

III. Apoiar a diversidade étnico-cultural

Diretrizes

- Modificar a visão da comunidade universitária em relação ao sistema de cotas, aumentando a aceitação dos alunos oriundos dessa política de ação afirmativa.
- Garantir a permanência e o sucesso dos alunos beneficiados pelas cotas étnicas.
- Garantir a permanência e o sucesso dos alunos que ingressaram na Universidade mediante o convênio estabelecido com os países africanos de língua portuguesa.
- Promover políticas de igualdade racial na Instituição.

Estratégias

- Fortalecer e estabelecer parcerias com entidades, públicas, privadas e organizações de terceiro setor.
- Fortalecer a CEPIR (Comissão Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) e núcleos ligados às questões indígenas e étnico-raciais.
- Realizar levantamento socioeconômico, cultural e étnico-racial.
- Estimular projetos interdisciplinares que envolvam alunos indígenas e não-indígenas.
- Promover, em parceria com o MEC e a FUNAI, ações para a permanência com qualidade dos estudantes indígenas da UFT, articulando as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Articular ações com a Diretoria de Assuntos Internacionais a melhoria do programa estudante de convênio de graduação com os países africanos.
- Realizar eventos para discutir, com docentes e discentes, temas relacionados à diversidade.
- Fortalecer o NIAD para melhorar a estrutura e atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Fomentar debate acerca da violência contra as mulheres, crianças e adolescentes.

IV. Promover a arte e a cultura

Diretrizes

- Incentivar a participação da comunidade universitária nas ações culturais desenvolvidas pela UFT.
- Estabelecer políticas culturais permanentes que contemplem as diversidades identitárias da comunidade universitária.
- Fomentar e fortalecer talentos nas diversas expressões culturais.

Estratégias

- Estabelecer um calendário cultural permanente com o circuito de espetáculos ou eventos entre todos os campi;
- Desenvolver projeto em parceria com Fundação Cultural do Estado para criação de platéia;
- Fortalecer os editais de cultura da Universidade.
- Estimular a participação de docentes, discentes e técnicos, via GTs de Cultura, de editais nacionais de cultura.

- Aprimorar o conteúdo e incentivar o acesso ao site DiverCidades.

V. Ampliar a divulgação dando visibilidade da extensão

Diretrizes

- Valorizar a extensão no ambiente interno e externo.
- Consolidar a extensão como articuladora fundamental da responsabilidade social da Universidade.
- Garantir maior participação da comunidade acadêmica nas atividades de extensão.
- Consolidar a política de extensão da UFT, em consonância com as políticas nacionais de extensão.

Estratégias

- Criar e implementar o plano de comunicação para a extensão.
- Institucionalizar as ações de extensão por meio de sistema informatizado de cadastro, acompanhamento e avaliação.
- Criar um fundo de apoio à extensão.
- Realizar fóruns de extensão.
- Criar Bolsa de Extensão – PIBEX.
- Ampliar os editais internos de apoio a atividades de extensão.
- Desenvolver um relatório anual das atividades de extensão.
- Consolidar a identidade visual do programa UFT Comunidade, com o objetivo de divulgar a UFT nas atividades de extensão realizadas nas comunidades.

2.7. Políticas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST)

Missão da PROEST

Promover ações de incentivo à permanência acadêmica, por meio da participação e articulação com as demandas estudantis, viabilizando ações que possibilitem ao estudante maior integração, bem-estar e um melhor desenvolvimento acadêmico.

As políticas de assistência estudantil estão focadas nos seguintes pontos:

I - Garantir o direito social à igualdade de oportunidades dos estudantes

Diretrizes

- Contribuir para a formação dos estudantes da UFT como sujeitos críticos, criativos, transformadores e comprometidos com a construção da cidadania e da justiça social.
- Incentivar a participação dos acadêmicos nos programas de inclusão social nacionais, regionais e institucionais.
- Ampliar o compromisso social dos estudantes.
- Incentivar a participação discente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

II – Assegurar aos estudantes o pleno desempenho acadêmico.

Diretrizes

- Garantir a permanência e o sucesso dos alunos com fragilidade socioeconômica.
- Proporcionar meios para a permanência com qualidade dos alunos provenientes da política de ações afirmativas da UFT e do programa estudante de convênio de graduação com os países africanos.

Estratégias

- Promover, em parceria com o MEC e a FUNAI, debate em torno da situação dos estudantes indígenas da UFT.
- Estabelecer parcerias com as prefeituras e o governo estadual para a construção da Casa do Estudante Indígena.
- Articular ações com a Diretoria de Assuntos Internacionais para garantir mecanismos de permanência dos alunos africanos.
- Realizar eventos para discutir, com discentes, temas relacionados à assistência estudantil.

III – Apoio ao desenvolvimento estudantil

Diretrizes

- Oferecer à comunidade universitária, bem como a seus dependentes, condições para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.
- Realizar atividades que congreguem toda a comunidade universitária na prática de modalidades esportivas coletivas e individuais, em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Diretórios Acadêmicos (DAs) dos campi da UFT.
- Realizar atividades esportivas que congreguem a comunidade acadêmica da UFT e das demais Instituições de Ensino Superior de Palmas.
- Fomentar a participação dos diversos atores da Instituição em eventos regionais e nacionais.
- Estimular a participação da comunidade acadêmica nos fóruns, com apresentação de propostas da UFT.
- Fomentar a realização de atividades esportivas e de lazer.
- Implementar uma política de apoio ao corpo discente, baseada em equidade e justiça, incluindo ações no âmbito social, acadêmico e cultural.
- Ampliar as possibilidades de participação do estudante da UFT em ações que contribuam para sua formação com relevância acadêmica e social.
- Estimular e apoiar a participação efetiva do aluno da UFT em eventos de divulgação de produção acadêmica e científica.
- Fortalecer, na UFT, os canais de diálogo entre a administração e o corpo discente.
- Apoiar iniciativas de organização de atividades e eventos pelos estudantes da UFT.
- Proporcionar condições para uma atuação conjunta das instâncias da administração e do corpo discente da UFT, em prol do crescimento e do desenvolvimento institucionais.

Estratégias

- Construir um Ginásio Poliesportivo, com vistas a proporcionar espaço caracterizado por mais qualidades estruturais e físicas, para favorecer a prática de atividades esportivas e a disputa de campeonatos e torneios.
- Oferecer cursos gratuitos de várias modalidades esportivas para os alunos da UFT.

- Oferecer atividades gratuitas voltadas para a promoção de mais qualidade de vida aos alunos da UFT.
- Realizar, regularmente e com periodicidade anual, a Olimpíada UFT.
- Realizar, regularmente e com periodicidade anual, torneios universitários de futsal e de vôlei.
- Desenvolver projetos sociais relacionados ao esporte.
- Manter, na UFT, canais permanentes para escuta e esclarecimento de questões propostas pelos estudantes.
- Propor e organizar debates, cursos extracurriculares e atividades culturais de interesse dos estudantes da Instituição.
- Fomentar a organização de eventos, em geral, por estudantes da UFT.
- Apoiar a participação discente em eventos, sobretudo nos culturais, promovidos na UFT.
- Implementar grupos de trabalho para discutir as políticas de assistência aos estudantes, bem como acompanhar a implementação de tais políticas.

IV – Apoio à permanência dos estudantes nos cursos de graduação

Diretrizes

- Propiciar o exercício da competência técnica na UFT.
- Buscar, em outras instituições, oportunidades para a inserção dos alunos no mercado de trabalho.
- Desenvolver entre os alunos o compromisso profissional.
- Proporcionar assistência aos estudantes de condição socioeconômica precária, a fim de lhes garantir os meios e as condições materiais necessários à sua permanência na UFT.
- Aperfeiçoar e ampliar os programas de assistência estudantil praticados na UFT.
- Consolidar o Comitê de apoio aos alunos com baixo rendimento acadêmico.
- Criar condições para a ampliação do atendimento a alunos de condição socioeconômica precária, a fim de lhes garantir a permanência na UFT, em condições favoráveis ao bom desempenho acadêmico.
- Aperfeiçoar os mecanismos de acolhimento dos alunos, para que todos se sintam como sujeitos-agentes do contexto acadêmico.
- Acompanhar os egressos dos cursos de graduação da Instituição.

Estratégias

- Promover políticas de assistência estudantil na Instituição.
- Melhorar a política de assistência social e estudantil enquanto mecanismo de democratização das ações institucionais, por meio de bolsas de estudo, bolsas - estágio, moradia, transporte, etc.
- Construir um restaurante universitário para atendimento da comunidade acadêmica em situação de vulnerabilidade econômica.
- Organizar núcleos multidisciplinares no atendimento ao aluno em suas diversas necessidades.
- Ampliar os Núcleos de Assistência Estudantil dos campi.
- Acompanhar os estudantes contemplados pelo Programa Bolsa Permanência.
- Realizar pesquisa de perfil socioeconômico.
- Promover ações de socialização visando à integração de discentes e à organização e recepção de calouros.
- Identificar os anseios dos graduandos no que tange a Política de Assistência Estudantil da UFT.
- Identificar e propor ações para a Assistência Estudantil, compatíveis com a realidade local dos campi.

- Realizar o acompanhamento dos estudantes, assegurando os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico.
- Oferecer bolsas para a realização de Curso Extra-Curricular de Línguas Estrangeiras.
- Construir um banco de dados sobre o rendimento acadêmico de todos os estudantes.
- Orientar e fazer acompanhamento individual aos estudantes com baixo rendimento acadêmico.
- Acompanhar o percurso acadêmico, identificando as causas do baixo rendimento.
- Articular os programas, com vistas a elaborar um projeto integrado de assistência aos estudantes mais carentes da UFT.
- Implementar, na UFT, um sistema de comunicação eficiente, para garantir que os alunos da Instituição, em especial os mais carentes, possam usufruir dos benefícios a que têm direito.
- Aperfeiçoar, na UFT, o sistema de concessão de bolsas a estudantes carentes.
- Realizar o encaminhamento do egresso aos postos de trabalho, a partir de solicitações das empresas.

2.8. Políticas da Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação (PROAP)

Em maio de 2008, a Universidade Federal do Tocantins completou cinco anos de sua implantação. Com o crescimento da graduação (em 2009, com 43 cursos) e da pós-graduação (07 cursos de mestrado e 01 curso de doutorado) e com o fortalecimento desses novos cursos e a consolidação dos diversos setores da Universidade, se faz necessário um planejamento estruturado e orientado, assim como, uma avaliação periódica de seu desempenho institucional.

A UFT comemora esse progresso ampliando sua estrutura organizacional, de modo a garantir o sucesso das atividades da Universidade. Sendo assim, foi implantada, em agosto de 2008, a Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento que tem como objetivo facilitar e articular as ações institucionais com a finalidade de contribuir para as melhorias necessárias nas áreas administrativa, de ensino, pesquisa e extensão.

A missão da PROAP é proporcionar condições eficientes para planejar e avaliar as ações da Universidade nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa, facilitando a execução e o acompanhamento das etapas dos processos, como também articulando todos os setores na busca da excelência das atividades na Universidade Federal do Tocantins.

Dentro da área de Planejamento podem-se destacar as seguintes diretrizes:

1. Coordenar e acompanhar o Planejamento Estratégico da Universidade.
2. Elaborar e acompanhar a Matriz Orçamentária, a distribuição de recursos tanto para custeio como para capital para a reitoria e todos os campi.
3. Desenvolver o Sistema de informações da Universidade – SIE, para sistematização de informações produzidas pela instituição nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração.
4. Elaborar indicadores de desempenho das atividades administrativas.

Estratégias

1. Coordenar e acompanhar o Planejamento Estratégico da Universidade:

- elaborar estudos retrospectivos para avaliação do atual Planejamento Estratégico da UFT 2006-2010 para subsidiar o novo Planejamento;
- aplicar metodologia de estudos prospectivos e participativos para a elaboração do Planejamento Estratégico 2011-2020;
- implantar metodologia de monitoramento, ajuste e melhoria do Planejamento Estratégico ao longo do horizonte de tempo em que se aplica.

2. Elaborar, acompanhar a Matriz Orçamentária, a distribuição de recursos tanto para custeio como para capital para a reitoria e todos os campi:

- implementar a matriz orçamentária como referência para a alocação dos recursos da UFT em todos os seus setores;
- aperfeiçoar e atualizar essa matriz conforme a demanda e oferta de recursos disponíveis na instituição;
- estabelecer indicadores de acompanhamento dos gastos e alocação dos recursos financeiros.

3. Desenvolver o Sistema de Informações da Universidade para sistematização de informações produzidas pela UFT nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração.

- consolidar o Sistema de Informações de Ensino SIE como banco de dados único da UFT;
- implantar e consolidar o acompanhamento das atividades administrativas por meio do aplicativo *dotproject*;
- construir, implementar e consolidar o sistema de acompanhamento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração informatizado para centralizar todas as informações referentes aos docentes da Instituição.

4. Elaborar indicadores de desempenho das atividades administrativas.

- criar indicadores de acompanhamento de desempenho;
- aplicar indicadores para melhoria das atividades desenvolvidas pela Instituição.

2.8.1. Diretoria de Avaliação

1. Tornar o processo de progressão horizontal e vertical, assim como o estágio probatório docente, o mais simples e auto explicativo possível.

Estratégias:

- Revisar as portarias que tratam do processo de estágio probatório e do processo de progressão docente.
- Definir fluxo do processo para o cumprimento do estágio probatório e para a solicitação de progressão docente, assim como os prazos.
- Revisar os formulários de progressão do estágio probatório e da progressão, unificando-os para essas duas atividades.
- Elaborar a página da CAV com todas as informações e formulários necessários para o estágio probatório docente e progressão docente.
- Informatizar por meio do Sistema de Informações SIE do processo de estágio probatório e de progressão docente.

2.8.2. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Diretrizes

- Garantir suporte financeiro, logístico e operacional à Comissão Própria de Avaliação (CPA) para viabilizar o processo de Avaliação Institucional, preservando sua autonomia, conforme previsto na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

Políticas

- Consolidar a Política de Avaliação Institucional.
- Fornecer indicadores obtidos a partir da Avaliação Institucional, que poderão subsidiar o planejamento estratégico.

Ações

- Fornecer espaço físico, material de consumo, recursos humanos e equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades da CPA.
- Assegurar condições para que a sensibilização do processo de Avaliação aconteça de forma efetiva nos sete campi da UFT.
- Garantir a publicação e publicização dos resultados da Avaliação Institucional

2.9. Políticas de Gestão Institucional (PROAD)

Para implantar, com o êxito pretendido, o seu processo de consolidação acadêmica, a UFT precisa melhorar sua estrutura organizacional e gerencial, no sentido da modernização e do desenvolvimento administrativo. O que se almeja é criar condições de funcionamento compatíveis com a elevação dos padrões de desempenho e eficiência da vida acadêmico-administrativa da Universidade. Assim, para atingir tais objetivos, foi necessário criar sinergias entre os diversos setores da Instituição e a gestão dos *campi* para que a UFT pudesse definir suas metas estratégicas.

A discussão acerca dos caminhos que seriam percorridos pela Universidade foi estabelecida de forma participativa, por meio do planejamento estratégico. Por fim, foi realizada uma ampla discussão nos *campi* – envolvendo toda a comunidade – sobre as definições das políticas e dos programas institucionais.

Considerando o desejo da comunidade no que diz respeito ao estabelecimento de eficientes padrões de desempenho na vida acadêmico-administrativo, buscou-se observar os recursos de infra-estrutura disponíveis na Instituição, em termos de microcomputadores integrados em redes de comunicação, condições adequadas dos laboratórios de ensino e pesquisa, ambiente para professores e salas de aula adequadas.

A administração da Universidade, pautada nos princípios da publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade, vem desenvolvendo ações no sentido de dar transparência à gestão universitária. Para isso, é de fundamental importância a consolidação do SIE (Sistema para Informatização do Ensino). Diante disso, vem-se investindo na aquisição de equipamentos de informática, em uma tentativa de modernizar as atividades acadêmico-administrativas.

No âmbito administrativo, várias ações foram consolidadas, a exemplo da terceirização dos serviços de limpeza, jardinagem, portaria e vigilância, dos serviços de veículos, de manutenção de equipamentos, abastecimento de veículos, telefonia fixa, transferência de dados, videoconferência, reprodução de documentos e gestão dos espaços físicos.

No que tange ao desenvolvimento humano na UFT, as ações do Governo Federal implementando o banco de professores equivalentes trouxe uma perspectiva de gerenciamento para as IFES. Em relação ao quadro dos técnico-administrativos, algumas ações estão sendo encaminhadas no sentido de que a reposição seja automática, a partir do estabelecimento do número de profissionais de cada instituição.

2.9.1 Objetivos e Metas Específicos

Os objetivos e metas específicos serão apresentados na forma de programas e ações que vão sendo desenvolvidos por meio da Pró-Reitoria de Administração e das Diretorias de Obras, de Informática e de Comunicação.

- **Desenvolvimento Humano**

Considerando o desenvolvimento humano como uma condição essencial para qualquer organização, a UFT, por meio da Pró-Reitoria de Administração vem desenvolvendo uma importante política nesse sentido, com ações voltadas para a formação e valorização dos servidores. Em face disso, a Diretoria de Desenvolvimento Humano implantou uma gestão de desenvolvimento humano orientada pela geração e difusão do conhecimento, liberdade de criação, auto-estima e responsabilidade.

- **Valorização e Desenvolvimento Humano**

Premissas:

Promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável demanda a busca de ações que concretizem políticas harmônicas coordenadas e orientadas para resultados. Para tanto, faz-se necessário integralizar e unificar as políticas de gestão de recursos humanos e de desenvolvimento do corpo docente e técnico-administrativo, para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania, bem como para a valorização da função pública por meio de um modelo de gestão por competência.

Diretrizes

- Promover conhecimento sobre a função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da Instituição, da conduta do servidor público e de sua integração ao ambiente institucional.
- Promover mecanismos necessários à implantação do plano anual de capacitação.
- Criar mecanismos para uma cultura de gestão colegiada.
- Promover condições para que a Comissão Interna de Supervisão desenvolva seus trabalhos de maneira eficaz.
- Aprovar instrumentos e normativas sobre os projetos integrados ao programa “Gestão por Competências”.
- Criar mecanismos de incentivos específicos para implementação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos.
- Desenvolver mecanismos de incentivo à atuação dos servidores como facilitadores, instrutores e multiplicadores em ações de capacitação.

- Promover a disseminação das políticas de recursos humanos e orientação técnica para execução dos trabalhos.
- Buscar a valorização permanente do servidor docente e técnico-administrativo, com o respeito à liberdade de expressão e organização.
- Estabelecer o mérito e a qualificação como critérios para o desenvolvimento na carreira de todos os servidores da UFT.
- Conduzir eticamente todos os campos de atividades, com estrita observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.
- Analisar o quadro funcional, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional.
- Identificar as possibilidades de compatibilização entre planejamento estratégico organizacional e de governo no âmbito da gestão de recursos humanos.
- Estabelecer critérios e normas para a implementação do Programa “Gestão por Competências”, bem como para a participação em eventos de treinamentos presenciais, a distância e capacitação “E-Learning” para os servidores da UFT.

Ações

- Elaborar cartilha/manual do servidor, objetivando oferecer-lhe um conjunto de informações sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais, além da legislação vigente.
- Elaborar plano anual de capacitação.
- Criar instância colegiada para a gestão de pessoal.
- Elaborar instrução normativa para participação do servidor nos eventos de capacitação/qualificação, devendo este também realizar tais eventos.
- Analisar processos de trabalho para indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas.
- Identificar a necessidade de realização de concurso público a fim de atender às demandas institucionais.

2.9.2. Programa “Gestão por Competências”

O Programa “Gestão por Competências” (PGC), da Diretoria de Desenvolvimento Humano da UFT, tem como referencial as estratégias institucionais, direcionando as ações mediante a captação, retenção e desenvolvimento de competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos, de modo que exista sinergia entre os mecanismos de desenvolvimento da carreira e os de operacionalização das estratégias.

O PGC prevê entre suas ações, atividades visando à formulação e implementação de um novo modelo de administração pública e, especialmente, ao aprimoramento das competências, buscando a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pelos servidores, objetivando, também a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Tocantins.

O programa “Gestão por Competências” subsidiará os cinco projetos subsequentes.

➤ **Descrição de cargos e funções**

Objetivo Geral

Identificar pessoas com as características adequadas para cada cargo, visando ao alcance dos objetivos da Instituição de forma eficaz e eficiente, respeitando a singularidade de cada servidor.

Objetivos Específicos

- Criar bancos de dados com informações pertinentes aos cargos e funções existentes, bem como à disponibilidade e perfil dos servidores.
- Indicar se os profissionais estão bem integrados em seus cargos e tarefas dentro da Instituição.
- Identificar a força de trabalho e sua composição.

Ações

- Elaborar instrumentos que viabilizem a descrição de cargos e funções.
 - Descrever os cargos/funções e suas atividades em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho da Instituição.
 - Elaborar banco de dados de cargos e funções de todos os servidores técnico-administrativos.
 - Aplicar a matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho.
 - Comparar a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes.
- **Elaboração de Fluxogramas Setoriais**

Objetivo Geral

Conhecer o real funcionamento de todos os componentes dos métodos administrativos utilizados na Instituição, para uma visualização racional, clara, concisa e integrada dos mesmos e suas repercussão, tanto positivas quanto negativas, nos processos administrativos, objetivando propor a necessária adequação desses métodos.

Objetivos Específicos

- Identificar os fatores, variáveis e circuitos de informações relacionados ao processo de trabalho, bem como as unidades organizacionais envolvidas no mesmo.
- Levantar informações sobre distorções do processo decisório e condições de trabalho, analisando a distribuição de cargos e funções e suas respectivas relações funcionais no processo administrativo.

Ações

- Elaborar instrumentos técnicos de representação gráfica, de forma que sua visualização seja clara, concisa e de fácil leitura.
- Identificar os principais processos de trabalho de cada setor.
- Elaborar fluxos dos principais processos de trabalho.
- Analisar os fluxos elaborados, identificando-se os pontos fortes e eliminando-se os pontos fracos que intervêm nas operações do método administrativo.

- **Dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e Modelo de alocação de vagas**

Objetivo Geral

Identificar e analisar a composição do quadro de pessoal da UFT, sua estrutura e suas competências, os processos e condições de trabalho, a composição etária e à saúde ocupacional dos servidores e às condições tecnológicas nos setores, criando-se a Matriz de Alocação de Cargos e os critérios de distribuição de vagas, considerando a situação ideal em relação à real.

Objetivos Específicos

- Analisar o quadro de pessoal, inclusive a composição etária e de saúde ocupacional.
- Analisar a estrutura organizacional da Instituição e suas competências.
- Identificar os processos e condições de trabalho.
- Identificar as condições tecnológicas e propor racionalização dos processos de trabalho e inovações tecnológicas cabíveis.
- Indicar a necessidade de abertura de vagas por meio de concurso para suprir as necessidades institucionais, prevendo-se, inclusive, a expansão de cursos e serviços.

Ações

- Levantar a real força de trabalho e sua composição em cada setor, considerando seus vínculos empregatícios (servidores do quadro, terceirizados em suas mais diversas formas de contrato, estagiários e bolsistas).
- Descrever as atividades dos setores, em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho.
- Levantar as condições de trabalho, a composição etária e de saúde ocupacional e as condições tecnológicas de trabalho.
- Levantar os processos de trabalho, indicando as necessidades de racionalização destes.
- Aplicar a matriz de alocação de cargos e demais critérios para estabelecer a real necessidade de servidores.
- Comparar o quadro de servidores com a real necessidade, com vistas à proposição de ajustes.
- Identificar a necessidade de abertura de vagas para preenchimento por concurso, a fim de atender às necessidades institucionais.
- Identificar a necessidade de criação de vagas para atender a expansão de cursos e serviços.
- Identificar a necessidade de redefinição da estrutura organizacional e as competências das unidades da Instituição.

➤ Capacitação e desenvolvimento de pessoal

Objetivo Geral

Criar mecanismos de estímulo para capacitação continuada, possibilitando aos servidores técnico-administrativos qualidade e competência técnica na execução de seus trabalhos e potencializando o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional.

Objetivos Específicos

- Capacitar o servidor para o exercício de suas atividades, de forma articulada com a função social da Instituição.
- Promover capacitação profissional e desenvolvimento pessoal.
- Obter compromisso dos servidores em relação aos objetivos traçados.
- Apresentar melhorias nos níveis de produtividade, qualidade e satisfação dos usuários.

- Atender às demandas de qualificação dos diversos setores de trabalho, visando a um melhor desempenho das atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que o servidor atua e ao cargo que ocupa.
- Promover a inter-relação entre ambientes, visando à capacitação do servidor para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional.
- Estabelecer clima de confiança, motivação e cooperação entre servidores, aprimorando as relações intra e interpessoais.
- Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública.

Ações

- Levantar as necessidades de capacitação e desenvolvimento.
- Desenhar o programa de capacitação e desenvolvimento objetivando atender às necessidades identificadas.
- Implantar e acompanhar o programa de cursos internos e externos.
- Verificar os resultados alcançados no programa de capacitação, ou seja, promover a avaliação do programa.

➤ **Avaliação de desempenho**

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento institucional e profissional, a política de gestão de pessoas e a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Objetivos Específicos

- Identificar desequilíbrios funcionais e deficiências organizacionais.
- Criar clima de exigência e de transparência na ação dos serviços e aferir mérito para progressão.
- Avaliar o desempenho coletivo e individual funcional do servidor técnico-administrativo, considerando as condições de trabalho.
- Auxiliar nas decisões sobre políticas de incentivos.
- Fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento pessoal da Instituição.
- Propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho.
- Subsidiar a elaboração do plano de capacitação.
- Subsidiar o dimensionamento das necessidades institucionais, de pessoal e de políticas de saúde ocupacional.
- Avaliar anualmente as ações da Universidade, as atividades das equipes de trabalho, as condições de trabalho e as atividades individuais, inclusive das chefias.
- Organizar e regulamentar formas sistemáticas e permanentes de participação dos usuários na avaliação dos serviços prestados.

Ações

- Elaborar instrumentos para avaliação dos servidores técnico-administrativos.
- Estabelecer diretrizes, critérios e normatizações sobre o processo de avaliação, promovendo a ampla divulgação dos mesmos.
- Realizar avaliação de desempenho funcional.
- Analisar a cultura e o clima organizacional por meio de questionários específicos dirigidos aos gestores e colaboradores.

- Identificar as deficiências e tentar corrigi-las.

➤ **Modernização Administrativa**

A Política de Modernização Administrativa desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração não perde de vista a estrutura *multicampi* da UFT. Isso significa que o seu desenvolvimento depende, fundamentalmente, da sua capacidade de introduzir modernizações contínuas no seu sistema organizacional e gerencial, voltadas à racionalização e eficiência administrativa.

Ações

- Construir uma gestão administrativa descentralizada e participativa.
- Apoiar os coordenadores dos *campi* no sentido de consolidar a estrutura *multicampi*.
- Disponibilizar as informações institucionais.
- Fortalecer as instâncias colegiadas decisórias.
- Sistematizar as informações institucionais.
- Implantar metodologia de alocação interna de recursos.
- Construir indicadores que evidenciem eficiência e eficácia na gestão.
- Elaborar relatório de gestão e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica.
- Praticar gestão democrática, transparente e participativa em todos os níveis da estrutura administrativa da Universidade, garantindo participação e voto para representantes dos alunos, dos técnicos administrativos e dos professores.
- Adotar como princípio da administração, o planejamento estratégico e participativo, este entendido como ferramenta de modernização da gestão universitária.
- Assegurar e viabilizar as atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão.
- Implantar sistema de administração por unidade de custos.
- Promover a melhoria da qualidade dos processos administrativos.
- Estruturar a prestação de serviços e a captação de recursos financeiros.
- Planejar de forma integrada às ações institucionais.
- Apresentar e disponibilizar sistematicamente relatórios de prestação de contas na página da Universidade.
- Estabelecer políticas de segurança comunitária e patrimonial para o quinquênio 2010-2016.
- Definir políticas de transporte para atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão.
- Implementar sistema de avaliação periódica dos serviços terceirizados (vigilância, limpeza, jardinagem, reprografia, portaria, etc.).
- Gerenciar estrategicamente o setor de recursos materiais.
- Coordenar a movimentação patrimonial da Universidade.
- Legalizar os imóveis da Instituição.

2.9.3. Adequação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão

O programa de reestruturação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão vem sendo desenvolvido por meio das Diretorias de Obras e de Informática, objetivando modernizar e ampliar os espaços físicos e implantar sistemas de informação que possam contribuir para o gerenciamento do desenvolvimento institucional.

A Universidade Federal do Tocantins, observando a legislação sobre a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais (Decreto-Lei 5.296, de 2 de novembro de 2004, que regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000), está ampliando e reformando os espaços físicos em consonância com a legislação.

Ações

- Elaborar o plano diretor de obras da UFT.
- Ampliar e adequar os espaços físicos para atender ao plano de expansão do ensino, da pesquisa e pós-graduação da UFT.
- Estabelecer um plano de manutenção preventiva e corretiva.
- Melhorar as condições de trabalho, acesso e permanência na Universidade.
- Acompanhar e orientar os servidores e alunos quanto aos ambientes insalubres na Universidade.
- Disponibilizar alternativas de suporte aos portadores de necessidades especiais.
- Promover e incentivar o uso de metodologias digitais em todos os níveis da Instituição.
- Melhorar o acesso aos recursos tecnológicos de informação.
- Implantar o gerenciamento integrado de documentos eletrônicos.
- Incentivar a utilização de *softwares* livres, promovendo-se continuamente a capacitação da comunidade acadêmica.

2.10. Políticas de Comunicação e divulgação das informações da Universidade

A política de comunicação da UFT consiste em construir e projetar a imagem de uma universidade forte e autônoma, integrada no contexto socioeconômico do Tocantins e da Amazônia, conforme a missão e visão de futuro definidas no Planejamento Estratégico da Instituição.

Tal política tem norteado o Projeto de Comunicação e Divulgação, que vem sendo implementado pela Diretoria de Comunicação (Dicom) desde setembro de 2003, de acordo com as disposições orçamentárias e de pessoal.

A imagem projetada vem consolidando-se, uma vez que a UFT recebeu, a cada ano, um número crescente de candidatos em seu processo seletivo, tendo, também firmado novas parcerias em vários níveis e instâncias e obtido um bom nível de aceitação da opinião pública diante dos desafios que se impõem em seu cotidiano.

Nesse contexto, a Diretoria de Comunicação tem centrado suas ações para dar visibilidade ao que se produz em nível de ensino, pesquisa, extensão e cultura, além de, internamente, encarar e buscar resolver problemas e indefinições que permeiam o dia-a-dia da Universidade, além de contribuir para o fortalecimento da capacidade das equipes, aumentar os índices de satisfação no ambiente de trabalho e ampliar a capacidade de inovar, entre outras ações. Para alcançar os objetivos propostos, a Diretoria de Comunicação vem implementando ações efetivas na área, além de projetar outras a serem cumpridas no quinquênio.

Ações

- Aprimorar o informativo diário na Internet.
- Elaborar de informativo diário impresso.
- Elaborar o jornal institucional com periodicidade quinzenal.
- Cobrir sistematicamente os eventos internos.

- Aprimorar, atualizar e manter o site da UFT (com apoio técnico da Diretoria de Informática).
- Apoiar e organizar eventos, por meio de trabalhos de criação, arte-final, impressão e projetos de *marketing* para captação de recursos, entre outros.
- Elaborar campanhas publicitárias para divulgação de cursos e programas, entre outros.
- Implantar a Rádio Universitária.
- Implantar a TV Universitária.
- Implantar o jornal para a comunidade (UFT Comunidade).
- Aperfeiçoar os canais internos de comunicação, como a ampliação e modernização do sistema de murais internos e implantação dos boletins CONSUNI/CONSEPE, entre outras ações.
- Implantar e consolidar a editora da Universidade.

2.11. Responsabilidade Social da UFT

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações de extensão, voltadas para a proposição de políticas públicas e para o desenvolvimento do Tocantins e da região Norte.

Nesse sentido, busca proporcionar condições para que a extensão alcance um perfil moderno e emancipatório, embasada numa formação humanista e ética que respeite as incertezas e os problemas da existência humana a partir de uma percepção local e planetária, cooperando para a construção de novos conhecimentos e para a integração entre a universidade e a sociedade em geral.

Desde a sua criação, a UFT tem estimulado a pesquisa, o ensino e a extensão e incentivado a criação de núcleos e de grupos de trabalho que tem desencadeado projetos, programas e eventos articulados por docentes, discentes e técnico-administrativos. A proposta desses núcleos de ensino, de pesquisa e de extensão está em consonância com as políticas nacionais de extensão e, por conseguinte, com a política extensionista da UFT, promovendo ações focadas nas questões dos direitos humanos, do meio ambiente, da violência contra a criança e o adolescente, das diferenças de gênero, da igualdade racial, da economia solidária, da inclusão do deficiente, entre outros que fazem parte da pauta da agenda da responsabilidade social da Universidade. As atividades de extensão, ancoradas nessa política articulada com grupos, núcleos e com os próprios colegiados de curso permitem que a comunidade participe da história da universidade e usufrua dos resultados das suas pesquisas, das atividades de extensão e cultura.

Há ainda a realização de convênios e termos de referências com agências regionais, nacionais e internacionais que visam à promoção de programas de ensino, de investigação científica e extensionistas, bem como intercâmbio com outras instituições. Esses convênios e acordos sistematizam parcerias com o setor produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas. Através dessas parcerias a instituição garante aos alunos oportunidades de estágios e outras atividades formativas (compreendendo pesquisa e extensão) que resultam no estreitamento do relacionamento entre a universidade e a sociedade, especialmente com o setor público, setor produtivo e com o mercado de trabalho.

No que tange à área artístico-cultural, a UFT contribui para a difusão da cultura no estado, através da promoção de eventos que divulgam a produção literária, as artes plásticas, as artes cênicas, a música local e fomentam a interlocução entre a comunidade acadêmica, os artistas da região e a sociedade em

geral. Os Grupos de Trabalho de Cultura, com coordenadores em todos os campi, são os facilitadores desse processo de produção e difusão cultural.

Em relação às ações afirmativas, a UFT, ciente dos novos contornos que a questão racial tem adquirido na sociedade brasileira, instituiu uma comissão que busca incorporar a temática racial à construção de políticas de inclusão social na Universidade. A Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial, instituída em janeiro de 2004 e reestruturada em agosto de 2008, tem por objetivo propor, no âmbito da Instituição, políticas de inclusão e permanência de alunos negros, indígenas e carentes.

A extensão na UFT é entendida como a principal articuladora da responsabilidade social da Universidade e possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento, por meio de ações que buscam consolidar as políticas acadêmicas de extensão, fortalecendo o projeto da Universidade de interagir com os diversos grupos sociais de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento e do distanciamento da realidade.

III. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)

A seguir serão apresentados os dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos. E ainda, a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência deste PDI conforme detalhamento a seguir:

- Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia);
- Pós-Graduação (*lato sensu*);
- Pós-Graduação (*stricto sensu*);
- Pólos de EAD (atender Portaria Normativa nº 2 de 10 de janeiro de 2007);
- Campi e cursos fora de sede.

A partir da implantação do Programa de Reestruturação das Universidades, em 2007, a UFT propôs a organização curricular dos cursos a partir das grandes áreas de conhecimento como forma de possibilitar aos estudantes maior mobilidade e articulação dos conhecimentos por meio de atividades e projetos interdisciplinares. Nesse sentido, a expansão da UFT ocorrerá a partir das áreas já implantadas com outras existentes em outros *campi* como forma de fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão.

Tabela 1. Abertura de Cursos de Graduação

Área do Curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Local de Oferta	Período previsto para possível oferta
C Humanas e Letras	presencial	40	<i>Campi</i> da UFT	2011/2015
Ensino de Ciências	presencial	40	<i>Campi</i> da UFT	2011/2015
Ciência Animal	presencial	40	<i>Campi</i> da UFT	2011/2015
Ciências Agrárias e	presencial	40	<i>Campi</i> da UFT	2011/2015

Tecnológicas				
C. S. Aplicadas	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015
Ciências Sociais Aplicadas	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015
Saúde	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015
Engenharias e Computação	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015
C. Humanas, Artes e Comunicação	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015
C. Sociais	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015
Cursos superior de tecnologia	presencial	40	<i>Campi da UFT</i>	2011/2015

Tabela 2. Abertura de Programas de Formação de Professores - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)

Nome do Curso	Habilitação	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Local de Oferta	Ano previsto
História	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Araguaína, P. Nacional, Miracema	2010/2016
Geografia	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Araguaína, P. Nacional, Gurupi	2010/2016
Letras	Licenciatura	Presencial modular	60	10	Araguaína, P. Nacional	2010/2016
Matemática	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Araguaína, Arraias, Palmas, Gurupi	2010/2016
Artes	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Tocantinópolis	2010/2016
Filosofia	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Palmas	2010/2016
Pedagogia	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Palmas, Araguaína, Miracema, Arraias, Tocantinópolis	2010/2016
Ciências Biológicas	Licenciatura	Presencial modular	30	10	Porto Nacional, Gurupi, Arraias, Araguaína	2010/2016
Ciências Sociais	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Tocantinópolis, P. Nacional	2010/2016
Educação Física	Licenciatura	Presencial modular	40	10	Miracema, Palmas, Porto Nacional, Tocantinópolis	2010/2016
Educação do campo	Licenciatura	Presencial modular			Tocantinópolis, Arraias.	2010/2016

Tabela 3. Abertura de Cursos de Pós-Graduação (Lato Sensu) Modalidade a Distância

Nome do Curso	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Local de Oferta/pólo	Previsão de período de possível oferta
Gestão em Saúde	40	5	Palmas, Gurupi, Araguaína, Araguatins, Cristalândia, Dianópolis e Mateiros	2010/2015
Gestão Pública	40	5	Araguacema, Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Cristalândia e Palmas	2010/2015
Gestão Pública Municipal	40	5	Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas e Mateiros	2010/2015
Gestão Cultural	40	7	Palmas, Gurupi, Araguaína, Araguatins, Cristalândia, Dianópolis e Mateiros	2011/2015
Controle de Gestão	40	6	Palmas, Gurupi, Araguaína,	2011/2015

pública			Araguatins, Cristalândia, Dianópolis.	
Gestão Ambiental	40	7	Palmas, Gurupi, Araguaína, Araguatins, Cristalândia, Dianópolis, Araguacema.	2011/2015

A definição do pólo está sujeita as condições físicas e estruturais dos mesmos.

Tabela 4 – Abertura de Cursos de graduação à distância

Nome do Curso	Modalidade	Abrangência geográfica	Pólos de apoio presencial	Turno(s)	Período previsto de possível oferta
Física	Licenciatura	Araguaína, Arraias e Palmas	Araguatins, Cristalândia, Palmas, Dianópolis	Integral	2010/2015
Química	Licenciatura	Araguaína, Gurupi e Porto Nacional	Araguatins, Gurupi e Porto Nacional	Integral	2010/2015
Administração	Bacharelado	Araguaína, Gurupi, Palmas, Porto Nacional	Araguatins, Cristalândia, Palmas, Dianópolis	Integral	2011/2015
Matemática	Licenciatura	Araguaína, Gurupi, Arraias e Palmas	Araguatins, Cristalândia, Palmas, Dianópolis	Integral	2010/2015
Ciências Sociais Aplicadas	Licenciatura	Araguaína, Gurupi, Arraias e Palmas	Araguatins, Cristalândia, Palmas, Dianópolis	Integral	2011/2015
Curso Superior de Tecnologia		Araguaína, Palmas, Gurupi e Porto Nacional	Araguatins, Cristalândia, Palmas, Dianópolis	Integral	2011/2015
Ciências Humanas, Letras e artes		Araguaína, Palmas, Gurupi e Porto Nacional	Araguatins, Cristalândia, Palmas, Dianópolis	Integral	2011/2015

A oferta de novos cursos também poderá ser feita em atendimento a demandas assinaladas pelas políticas de formação do Governo Federal.

A definição do pólo está sujeita as condições físicas e estruturais dos mesmos.

Tabela 5. Metas do Desenvolvimento Humano para o período

Metas	2011	2012	2013	2014	2015
Descentralizar parcialmente as ações da Coordenação de Pessoal às Gerencias de Recursos Humanos dos <i>Campi</i> .	X	X	X	X	X
Elaborar e Divulgar Manual do Servidor (procedimentos, fluxos e formulários) da Diretoria de Desenvolvimento Humano;	X	X			
Atualizar os LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho;	X	X	X	X	X
Adequação e Regularização do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio;	X	X	X		
Fiscalização das instalações da Universidade e das obras em execução quanto às normas de segurança.	X	X	X	X	X
Levantamento dos riscos ambientais nos laboratórios e especificação de equipamentos de segurança coletivos e individuais;	X	X	X	X	X

Implementar o Núcleo Multidisciplinar de Assistência à Saúde do Servidor;	X	X	X	X	X
Fomentar a realização da “Tenda da Saúde” nos Campi, incorporando a Semana de Prevenção de Acidente;		X	X	X	X
Diagnóstico das Condições de Saúde Ocupacional e do Perfil socioeconômico dos Servidores;	X	X			
Elaborar e Implantar ações de melhoria do clima organizacional;		X	X	X	X
Desenvolver Software para aplicação de questionário <i>on-line</i> para Avaliação de Desempenho para os servidores técnico-administrativos.	X				
Implantar novas metodologias de Avaliação de Desempenho para os servidores técnico-administrativos.	X				
Capacitar os servidores da Universidade para atenderem às necessidades da Instituição e propiciar progressão em sua carreira.	X	X	X	X	X
Montar cursos de capacitação e promover a conscientização dos servidores sobre a importância dos mesmos.	X	X	X	X	X

IV. PERFIL DO CORPO DOCENTE

A seguir serão apresentados os dados relativos ao corpo docente da UFT, tais como: composição (categoria, titulação e regime de trabalho), legislação que regulamenta o Plano de Carreira; critérios de seleção e contratação, procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro e cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho, detalhando perfil do quadro existente e pretendido para o período de vigência do PDI.

4.1. Corpo docente

a) Número de Docentes do quadro efetivo por categoria, titulação e regime de trabalho

Titulação	DE	40 horas	20 horas	Total
Graduação	0	0	0	0
Especialização	2	30	27	59
Mestrado	277	50	3	330
Doutorado	237	29	2	268
Total	516	109	32	657

b) Número de Docentes Substituto por categoria, titulação e regime de trabalho

Titulação	DE	40 horas	20 horas	Total
Graduação	0	6	4	10
Especialização	0	3	3	6
Mestrado	0	6	0	6
Doutorado	0	1	0	1
Total	0	16	7	23

Os critérios de seleção e contratação, procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro seguem as orientações da legislação específica, conforme a seguir:

c) Planos de carreira regulamentados

Lei 11.784/2008 de 22/09/2008 (docente)

Decreto 94.664/1987 de 23/07/1987 (docente)

d) Critérios de Seleção e Contratação

Docentes Efetivos

Lei 11.784/2008 de 22/09/2008

Decreto 94.664/1987 de 23/07/1987

Docentes Substitutos

Lei 8.745/1997

e) Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

Concurso de Provas e título e Seleção Simplificada com prova didática.

f) Cronograma e Plano e expansão do corpo docente com titulação e regime de trabalho aprovada pelo Projeto de Reestruturação da UFT para os *campi* de Araguaina, Gurupi e Palmas.

Campus Universitário	2009	2010	2011	2012
Araguaina	13	19	11	16
Gurupi	7	11	8	15
Palmas	20	30	21	39
Total	40	60	40	70

Informação extraída do SIMEC 31/3/2010.

V. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

A organização administrativa da UFT está explicitada no art. 2º do Regimento Geral da Universidade (ANEXO I) - "A Fundação Universidade Federal do Tocantins, constituindo uma unidade de patrimônio, organização administrativa e acadêmica, compreende em sua estrutura:

I - órgãos superiores;

II - órgãos de gestão das unidades de ensino, pesquisa e extensão;

III- órgãos de coordenação de natureza acadêmica.

5.1. A estrutura organizacional da UFT

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-Reitorias:** No Regimento Geral da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e

Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).

- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários. São eles:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, e Biologia (a distância), além dos cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia. A partir de 2009/2, foram implantadas as licenciaturas em Ciências Naturais (Física, Química e Biologia) e os Cursos de Tecnologia (Gestão de Cooperativas, Gestão de Turismo e Logística). Oferece ainda, o Mestrado e o Doutorado em Ciência Animal Tropical

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância).

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal, Química Ambiental e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Medicina e Pedagogia. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde. A partir de 2009/2 foram implantados os Cursos de Artes e Filosofia (licenciaturas), Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Nutrição.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos Ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

A UFT está distribuída em 7 (sete) *campi* universitários, localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo desta forma contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis.

5.2. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

• Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

Ao Pró-Reitor de graduação, além das delegações de competência específicas dadas pelo Reitor, incumbe:

- I. implementar e supervisionar a execução da política definida pelos Conselhos Superiores, referente ao ensino de graduação;
- II. supervisionar a aplicação das normas vigentes sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação;
- III. orientar e coordenar o planejamento das atividades de ensino de graduação e elaborar o calendário anual de atividades, submetendo-os à apreciação dos órgãos competentes;
- IV. supervisionar a execução das atividades de ensino de graduação, inclusive aquelas vinculadas a convênios institucionais, procedendo à sua avaliação permanente e sugerindo alterações quando necessário;
- V. propor e emitir parecer sobre convênios ou outras formas de cooperação que visem ao desenvolvimento do ensino de graduação;
- VI. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas relacionadas ao ensino de graduação;
- VII. emitir parecer sobre os processos de alterações de currículo e de criação de novos cursos de graduação;
- VIII. manter atualizadas as informações sobre os currículos dos cursos de graduação;
- IX. elaborar e manter atualizado o catálogo dos cursos de graduação;
- X. estabelecer normas e manter o funcionamento do serviço de matrícula e de registro acadêmico, referentes aos cursos de graduação;
- XI. gerenciar, em conjunto com as demais Pró-Reitorias, o espaço físico disponível para as atividades acadêmicas e decidir sobre sua utilização;
- XII. manter atualizado o cadastro do corpo docente envolvido com as atividades de graduação;
- XIII. elaborar, em conjunto com as demais Pró-Reitorias, os instrumentos de orientação acadêmica;
- XIV. assinar os certificados de conclusão dos cursos de graduação;
- XV. elaborar o relatório anual das atividades da Pró-Reitoria;
- XVI. elaborar atos normativos em sua esfera de competência.

• Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, além das delegações de competência específicas dadas pelo Reitor, incumbe:

- I. implementar e supervisionar a execução da política definida pelos Conselhos Superiores referente à pesquisa, ao ensino de pós-graduação e ao aperfeiçoamento docente, técnico e administrativo em nível de pós-graduação;

- II. supervisionar a aplicação das normas vigentes sobre a organização e funcionamento da pesquisa, dos cursos de pós-graduação e do aperfeiçoamento docente, técnico e administrativo em nível de pós-graduação;
- III. orientar e coordenar o planejamento das atividades de ensino de pós-graduação e elaborar o calendário anual de atividades, submetendo-os à apreciação dos órgãos competentes;
- IV. propor e emitir parecer sobre convênios ou outras formas de cooperação que visem ao desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação;
- V. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas relacionadas à pesquisa e ao ensino de pós-graduação;
- VI. estabelecer normas e manter o funcionamento do serviço de matrícula e de registro acadêmico, referentes aos cursos de pós-graduação;
- VII. emitir parecer sobre os processos de alterações de currículo e de criação de novos cursos de pós-graduação;
- VIII. manter atualizadas as informações sobre os currículos dos cursos de pós-graduação;
- IX. elaborar e manter atualizado o catálogo dos cursos de pós-graduação;
- X. manter atualizado o cadastro do corpo docente envolvido com as atividades de pesquisa e de pós-graduação;
- XI. proceder à avaliação permanente das atividades de pesquisa e de pós-graduação, sugerindo alterações quando necessário;
- XII. supervisionar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Especial de Pesquisa;
- XIII. assinar os atestados e certificados de Cursos de Pós-Graduação;
- XIV. elaborar o relatório anual das atividades da Pró-Reitoria;
- XV. elaborar atos normativos em sua esfera de competência.

- **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX)**

Ao Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, além das delegações de competência específicas dadas pelo Reitor, compete:

- I. implementar e supervisionar a execução da política definida pelos Conselhos Superiores, referente às atividades de extensão e estudantis;
- II. supervisionar a aplicação das normas vigentes sobre a organização e funcionamento das atividades de extensão e estudantis;
- III. orientar e coordenar o planejamento das atividades de extensão e estudantis e elaborar o calendário anual de atividades, submetendo-os à apreciação dos órgãos competentes;
- IV. proceder à avaliação permanente das atividades de extensão e estudantis, sugerindo alterações quando necessário;
- V. propor e emitir parecer sobre convênios ou outras formas de cooperação que visem ao desenvolvimento das atividades de extensão e estudantis;
- VI. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas relacionadas às atividades de extensão e estudantis;
- VII. supervisionar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Especial de Extensão;
- VIII. coordenar e supervisionar a programação artístico-cultural e desportiva da Universidade;
- IX. prover os serviços e meios necessários às atividades culturais da Universidade;
- X. propor critérios para a distribuição de bolsas de trabalho e de monitorias aos estudantes, procedendo à supervisão e avaliação permanente;
- XI. coordenar e supervisionar programas de assistência social ao corpo discente da Universidade;
- XII. incentivar e orientar o desenvolvimento de programas ou atividades que visem à integração, compromisso e participação dos alunos perante a comunidade;

- XIII. incentivar, orientar e supervisionar o planejamento e a execução de atividades artístico-culturais e desportivas organizadas pelos órgãos de representação estudantil;
- XIV. supervisionar o processo eleitoral dos órgãos de representação estudantil;
- XV. elaborar e manter atualizado o catálogo das atividades de extensão;
- XVI. manter atualizado o cadastro dos docentes envolvidos em as atividades de extensão;
- XVII. assinar os certificados de cursos de extensão;
- XVIII. elaborar o relatório anual das atividades da Pró-Reitoria;
- XIX. elaborar atos normativos em sua esfera de competência;
- XX. coordenar e supervisionar os trabalhos da Rádio e TV Universidade Federal do Tocantins;
- XXI. indicar o nome do Diretor da Rádio e TV Universidade Federal do Tocantins para apreciação e nomeação pelo Reitor.

- **Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD)**

Ao Pró-Reitor de Administração e Finanças, além das delegações de competência específicas dadas pelo Reitor, incumbe:

- I. ordenar despesas no âmbito da UFT;
- II. autorizar abertura de licitação para compras, serviços e obras;
- III. justificar a necessidade da aquisição de recursos materiais, serviços e execução de obras;
- IV. definir o objeto de licitação e valor;
- V. aprovar o termo de referência, projeto executivo e básico;
- VI. estabelecer critérios de aceitação de das propostas, as exigências de habilitação e qualificação de empresas em licitações;
- VII. homologar e adjudicar o objeto licitado;
- VIII. determinar as cláusulas de contratos firmados em aquisição de bens e serviços;
- IX. justificar prorrogação de prazo ou acréscimo de valor nos contratos;
- X. responder recursos interpostos em licitações da UFT;
- XI. aplicar sanções por inadimplemento em contratações firmadas;
- XII. disponibilizar informações da Universidade;
- XIII. elaborar atos normativos em sua esfera de competência;
- XIV. implementar e supervisionar a execução da política definida pelos Conselhos Superiores, referente à administração da Universidade;
- XV. registrar contabilmente a execução do orçamento da Universidade;
- XVI. orientar, executar e supervisionar as atividades relacionadas à Administração de Pessoal, propiciando a sua qualificação permanente;
- XVII. orientar, executar e supervisionar as atividades referentes à administração de materiais e patrimônio;
- XVIII. supervisionar todas as demais atividades administrativas da Universidade;
- XIX. elaborar outros atos normativos em sua esfera de competência.

As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, em Divisões Técnicas e em outros órgãos que forem necessários para o cumprimento de suas atribuições, em consonância com a natureza de suas atividades e com o disposto no Regimento da Reitoria.

- **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST)**

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROEST, criada em junho de 2008, atua como gestora das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins, apoiando o estudante nas suas

diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a sua permanência, através de ações efetivas nas áreas social, cultural e desportiva

Tem como missão promover ações de incentivo à permanência acadêmica, por meio da participação e articulação com as demandas estudantis, viabilizando ações que possibilitem ao estudante maior integração, bem-estar e um melhor desenvolvimento acadêmico.

- **Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP)**

A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento foi implantada em agosto de 2008 e tem como objetivo facilitar e articular as ações institucionais com a finalidade de contribuir para as melhorias necessárias nas áreas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

Tem como missão proporcionar condições eficientes para planejar e avaliar as ações da Universidade nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa, facilitando a execução e o acompanhamento das etapas dos processos, como também articulando todos os setores na busca da excelência das atividades na Universidade Federal do Tocantins.

5.2.1. Corpo técnico-administrativo.

A UFT conta atualmente com 537 técnicos administrativos distribuídos nos 07 campi da Universidade e na Reitoria.

- a) Critérios de Seleção e Contratação
Lei 11.091/2005 de 12/012005

- b) Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo com titulação e regime de trabalho, conforme previsto no Projeto de Reestruturação e Expansão da UFT (REUNI):

Nível E

Campus Uni- versitário	Cargo	2009	2010	2011	2012
Araguaina	Químico	1	1	0	0
Araguaina	Administrador	0	1	1	0
Araguaina	Físico	1	0	0	1
Araguaina	Psicólogo/área	1	0	0	0
Araguaina	Secretário Executivo	0	1	0	0
Araguaina	Assistente Social	1	0	0	0
Araguaina	Biólogo	1	1	0	0
Araguaina	Bibliotecário	1	0	0	1
Araguaina	Analista em Assuntos Educacionais	0	1	0	0
Araguaina	Arquivista	0	1	0	0
Araguaina	Pedagogo/área	1	0	0	1
Araguaina	Analista de Tec. da Informação	1	0	1	1

Gurupi	Engenheiro/área	0	1	1	1
Gurupi	Analista de Tec. da Informação	1	0	0	0
Gurupi	Biólogo	0	1	0	0
Gurupi	Químico	1	1	0	1
Gurupi	Bibliotecário	0	0	0	1
Gurupi	Físico	0	0	0	1
Gurupi	Pedagogo/área	1	0	0	0
Gurupi	Psicólogo/área	0	0	1	0
Gurupi	Administrador	1	0	0	0
Palmas	Revisor de Textos	0	0	1	0
Palmas	Administrador	1	0	0	2
Palmas	Enfermeiro/área	1	1	0	1
Palmas	Farmacêutico	1	1	0	1
Palmas	Bibliotecário	1	1	0	1
Palmas	Assistente Social	1	0	0	0
Palmas	Psicólogo/área	2	0	1	0
Palmas	Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0	0	0
Palmas	Pedagogo/área	1	0	1	0
Palmas	Químico	1	2	0	1
Palmas	Físico	1	1	0	2
Palmas	Biólogo	1	0	1	1
Palmas	Arquiteto e Urbanista	0	0	1	0
Palmas	Economista	0	0	1	0
Palmas	Secretário Executivo	0	1	0	0
Palmas	Engenheiro/área	1	2	0	1
Palmas	Analista de Tecnologia da Informação	4	1	0	1
Palmas	Arquivista	1	1	0	1

Informação extraída do SIMEC / março/2010

Nível B, C e D

Campus Uni- versitário	Cargo	2009	2010	2011	2012
Araguaina	Assistente em Administração	2	3	0	0
Araguaina	Téc. De Laboratório/área	3	2	1	0
Araguaina	Assistente de Laboratório	0	1	0	1
Araguaina	Téc. de Tecnologia da Informação	1	2	0	0
Gurupi	Assistente em Administração	0	1	0	0
Gurupi	Téc. De Laboratório/área	2	2	1	0
Gurupi	Téc. de Tecnologia da Informação	1	1	0	0
Gurupi	Assistente de Laboratório	0	0	0	1
Palmas	Assistente em Administração	3	6	1	3
Palmas	Téc. De Laboratório/área	3	3	2	0
Palmas	Téc. de Tecnologia da Informação	4	5	0	0
Palmas	Assistente de Laboratório	1	2	0	0
Palmas	Técnico em Anatomia e Necropsia	0	2	0	0

Informação extraída do SIMEC/ março/2010

VI – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A seguir serão apresentados os Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas) que buscam estimular a permanência dos estudantes que apresentam dificuldades de acompanhamentos dos cursos

de graduação. O acompanhamento dos egressos é realizado por meio de estudos e análises dos dados disponibilizados no Portal dos Ex-alunos da UFT.

6.1. Formas de acesso

O ingresso aos cursos de graduação dar-se-á através de processo de seleção de candidatos que se habilitarem a eles, podendo ser utilizadas simultaneamente diferentes estratégias, tais como:

a) Vestibular

Processo seletivo com provas de conhecimentos específicos em nível do ensino médio para ingresso nos cursos de graduação.

b) Extravestibular

Processo seletivo de transferência de candidatos de outros cursos ou outras instituições de ensino superior e seleção de portadores de diploma de nível superior para realizar novo curso.

c) Programa de Estudante Convênio–Graduação (PEC- G)

Ingresso de alunos estrangeiros, através de convênio cultural do Brasil com outros países.

d) Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR)

É o resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, no âmbito do PDE - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – que estabeleceu no país um novo regime de colaboração da União com os estados e municípios, respeitando a de autonomia dos entes federados.

O professor fará sua inscrição nos cursos por meio de um sistema desenvolvido pelo MEC denominado Plataforma Paulo Freire, onde também terá seu currículo cadastrado e atualizado. A partir da pré-inscrição dos professores e da oferta de formação pelas IES públicas, as secretarias estaduais e municipais de educação terão na Plataforma Freire um instrumento de planejamento estratégico capaz de adequar a oferta das IES públicas à demanda dos professores e às necessidades reais das escolas de suas redes. As pré-inscrições são submetidas pelas secretarias estaduais e municipais às IES públicas, que procederão à inscrição dos professores nos cursos oferecidos.

O processo de seleção na UFT será por meio de edital direcionado aos candidatos inscritos e validados na Plataforma Freire, para os cursos de graduação oferecidos, exclusivamente, para esse processo. A classificação se dará por meio de sorteio público dos candidatos validados, quando as vagas forem inferiores ao número de candidatos, até que sejam completadas todas as vagas ofertadas.

O candidato validado que não for contemplado no número de vagas ofertado, no semestre indicado, a critério dos recursos disponibilizados na Plataforma Freire, permanecerá cadastrado para a próxima oferta do curso.

e) Processo Seletivo para Ingresso em Cursos de Graduação via Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)

Processo Seletivo para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins que se dará, em fase única, exclusivamente com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio, para preenchimento de 25% das vagas da UFT.

6.2. Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

a) Programa Institucional de Monitoria - PIM

O Programa Institucional de Monitoria (PIM) da UFT contempla atividades de caráter didático-pedagógico desenvolvidas pelos alunos e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante da Universidade.

O PIM tem os seguintes objetivos:

- melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar;
- proporcionar condições de permanência e de sucesso dos alunos no processo ensino-aprendizagem;
- contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão;
- possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas da Universidade;
- intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade;

A função do monitor será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado pelo Colegiado, ao qual está(ão) vinculada(s) a disciplina ou disciplinas objeto da seleção.

b) Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI)

O Programa de Monitoria Indígena (PIMI) objetiva facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo dessa forma, para a sua permanência e sucesso acadêmico. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no campus ao qual o aluno indígena está vinculado.

O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor(es) preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, referendado(s) pelo Conselho Diretor do campus. Desempenhará suas funções em regime de 20 (vinte) horas semanais. Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal. As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas, em função das disciplinas em que estiver matriculado.

c) Programa de Mobilidade Acadêmica - PMA

Instituído pela ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das IFES e implementado em 2004 na UFT. O PMA permite que estudantes possam deslocar-se para outras IFES e cursarem parte das disciplinas do currículo de seu curso, por um período de até um ano, permitindo aos acadêmicos a aquisição de novas experiências e interação com outras culturas da realidade brasileira.

d) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID

O PIBID, instituído pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESu, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, objetiva fomentar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura presencial plena da UFT e preparar a formação de professores em nível superior para atuar na educação básica pública.

e) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

É um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

O programa tem como objetivos gerais:

- contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e
- contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.

Os objetivos específicos do programa são:

- incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica;
- possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação; e
- qualificar alunos para os programas de pós-graduação.
- estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural.
- proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

A UFT tem como compromissos para com o programa ter uma política para iniciação científica e acolher no programa estudantes de outras instituições e professores ou pesquisadores aposentados ou pesquisadores visitantes.

6.3. Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)

Os *campi* dispõem de Núcleo de Acompanhamento psicopedagógico que busca identificar os estudantes com baixo rendimento ou em situação de risco de evasão para inseri-los em atividades coletivas e individuais de inserção ao ambiente acadêmico.

6.4. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).

Em conformidade com o Regimento Acadêmico da UFT, Capítulo III, Da Organização Estudantil, Seção I, Da Representação nos Colegiados, art. 113 - O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados, nos termos deste Regimento.

§ 1º - A representação estudantil tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente, bem como promover a cooperação entre administradores, professores e acadêmicos nas atividades universitárias e na integração comunitária.

§ 2º - Os representantes estudantis poderão fazer-se assessorar por um segundo representante, sem direito a voto, quando o exigir a apreciação de assunto específico do curso ou do setor de estudo.

Art. 114 - Para congregar os membros do corpo discente, será organizado um Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Parágrafo único - A escolha da representação estudantil nos órgãos colegiados será de responsabilidade da representação estudantil competente, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e/ou dos Centros Acadêmicos (CAs).

6.5. Acompanhamento dos egressos

O acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação, tanto no que se refere aos conhecimentos adquiridos em seu percurso acadêmico quanto às necessidades encontradas no mundo do trabalho devem subsidiar as políticas de formação da Universidade.

O processo de avaliação em Instituições de Ensino Superior (IES) tem se tornado uma atividade constante em função de cobranças de resultados em diversas esferas do sistema educacional brasileiro. Um dos critérios de avaliação que tem se destacado é o acompanhamento de egressos, visto que estes são fontes de avaliação dos resultados gerados pelas IES. Ela permite que as mesmas possam avaliar se seus projetos pedagógicos refletem as necessidades exigidas pelo mercado de trabalho a seus egressos, contribuindo de maneira decisiva para a melhoria dos cursos, para a definição de políticas institucionais, além de ser considerado e utilizado como elemento transformador, indo além de sua função diagnóstica.

O processo de acompanhamento dos egressos implementado pela Pró-reitoria de graduação, tem como objetivo principal subsidiar os projetos pedagógicos de cursos, e as respectivas estruturas curriculares, oferecidos pelos cursos de graduação da UFT, além de contribuir para o aperfeiçoamento do Portal do Egresso visando estabelecer um canal aberto e permanente de comunicação entre a UFT e os alunos egressos; elaborar questionários a serem disponibilizados no Portal dos Egressos; e sistematizar os dados coletados a partir desse Portal visando produzir relatórios, estudos capazes de fundamentar orientações e políticas aos cursos de graduação.

O projeto tem como objetivo principal aprimorar o processo de acompanhamento dos egressos implementado pela Pró-Reitoria de Graduação, como forma de subsidiar os projetos pedagógicos de cursos, e as respectivas estruturas curriculares, oferecidos pelos cursos de graduação da UFT, por meio da inserção de alunos bolsistas. Tem objetivos específicos:

- Contribuir para o desenvolvimento intelectual do aluno bolsista, possibilitando-lhe a inserção em trabalhos de análise de dados, leitura e elaboração de relatórios voltados para os programas de avaliação dos egressos.
- Contribuir para a implantação e aperfeiçoamento do Portal do Egresso visando estabelecer um canal aberto e permanente de comunicação entre a UFT e os alunos egressos.
- Elaborar questionários a serem disponibilizados no Portal dos Egressos
- Sistematizar os dados coletados a partir desse Portal visando produzir relatórios, estudos capazes de fundamentar orientações e políticas aos cursos de graduação.

VII. INFRA-ESTRUTURA

7.1. Infra-estrutura acadêmica

7.1.1. Laboratórios específicos por Campus

I – Campus de Araguaína

1.1. Laboratórios dos cursos de Zootecnia e Medicina Veterinária

- Bioquímica
- Zoologia
- Microscopia

- Microbiologia e imunologia
- Microbiologia de alimentos
- Lactologia
- Parasitologia
- Reprodução animal
- Solos
- Anatomia animal
- Ciência Animal
- Laboratório de Patologia Clínica
- Biotério – Laboratório de Ciência Animal

1.2. Curso de Matemática - Licenciatura

- Laboratório de Informática
- Laboratório de Microscopia
- Laboratório Didático de Matemática

1.3. Curso de Geografia – Licenciatura

- Estações experimentais
- Laboratório de Informática

1.4. Curso de História – Licenciatura

- Centro de Documentação Histórica (CDH)

1.5. Curso de Letras

- Laboratório de Línguas Indígenas
- Laboratório de Língua Inglesa, em fase de implantação.

1.6. Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo, Logística e Gestão de Cooperativas.

- Laboratório de Gastronomia
- Laboratório de Logística
- Laboratório de Assistência ao Terceiro Setor
- Agência de Turismo
- Empresa Júnior/Incubadora de Cooperativas Populares
- Núcleo de Projetos Experimentais (NPE)

1.7. Cursos de Biologia – Licenciatura, Física – Licenciatura e Química – licenciatura.

O Projeto REUNI estabeleceu, para o Campus de Araguaína, a construção de um bloco composto de cinco laboratórios:

- Laboratório didático de Química
- Laboratório didático de Física
- Laboratório didático de Biologia
- Laboratório de Informática e Multimeios
- Laboratório de Zoologia/Geologia-Paleontologia
- Laboratório de Botânica/Ecologia
- Laboratório de Anatomia e Fisiologia Animal Comparada

- Laboratório experimental para o ensino de biologia e metodologia

II – Campus de Arraias

- Laboratório de Informática (LABIN)
- Laboratório do Curso de Biologia à distância
- O Laboratório de Educação Matemática (LEMAT)

III - Campus de Gurupi

- Laboratório de Fitopatologia
- Laboratório de Química/Bioquímica
- Laboratório de Fisiologia Vegetal/Biologia
- Laboratório de Processamento de Alimentos
- Laboratório de Secagem de Sementes
- Laboratório de Mecânica, Máquinas e Implementos Agrícolas
- Laboratório de Solos
- Estação Experimental da UFT Campus de Gurupi
- Laboratório de Sementes
- Laboratório de Irrigação e Drenagem
- Laboratório de Manejo Integrado de Pragas
- Laboratório de Multiuso
- Laboratórios de Informática

IV – Campus de Miracema

O Campus de Miracema conta apenas com o Laboratório de Informática.

V – Campus de Palmas

Curso de Administração

- Escritório Modelo de Administração

Curso de Arquitetura e Urbanismo

- Laboratório de Arquitetura
- Laboratório Audiovisual
- Laboratório de Conforto Ambiental

Curso de Ciência da Computação

- Laboratório de Hardware
- Labin 09, 11, 12 e 13
- Núcleo de Desenvolvimento de Software

Curso de Ciências Econômicas

- Escritório Modelo de Economia

Curso de Comunicação Social

- Laboratório de Fotografia
- Laboratório de Rádio
- Laboratório de Redação
- Laboratório de Vídeo

Curso de Direito

- Núcleo de Práticas Jurídicas
- Escritório Modelo do Fórum Estadual
- Escritório Modelo da Justiça Federal

Curso de Engenharia de Alimentos

- Laboratório de Análise Sensorial
- Laboratório de Frutas e Hortaliças
- Laboratório de Sistema de Produção de Energia de Fontes Renováveis – LASPER
- Laboratório de Microbiologia e Bioprocessos
- Laboratório de Tecnologia de Amiláceos e Panificação
- Laboratório de Tecnologia de Leites e Derivados

Curso de Engenharia Ambiental

- Laboratório de Caracterização e Impactos Ambientais
- Laboratório de Biotecnologia
- Laboratório de Geologia
- Laboratório de Geoprocessamento
- Laboratório de Ecologia
- Laboratório de Hidrobiologia
- Laboratório de Hidrologia
- Laboratório de Meteorologia e Climatologia
- Laboratório de Microbiologia Ambiental
- Laboratório de Processos de Separação de Biomoléculas e Desidratação – LAPSDEA
- Laboratório de Química
- Laboratório de Saneamento Ambiental

Curso de Medicina

- Enfermaria Modelo
- Laboratório de Anatomia Humana
- Laboratório de Anatomia Patológica
- Laboratório de Biofísica
- Laboratório de Farmacologia e Patologia Clínica
- Laboratório de Bioquímica, Imunologia e Genética – LABIG
- Laboratório de Citologia e Histologia e Patologia
- Laboratório de Cultura de Células
- Laboratório de Epidemiologia
- Laboratório de Microbiologia e Parasitologia
- Laboratório de Multi Usuário

- Laboratório de Técnicas de Saúde
- Laboratório de Técnica Cirúrgica
- Sala de Expurgo

Curso de Pedagogia

- Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos

VI – Campus de Porto Nacional

1. Laboratórios do curso de História

- Centro de Documentação Histórica

2. Laboratórios do curso de Letras

- Laboratórios de Línguas

3. Laboratórios do curso de Geografia

- Cartografia
- Geoprocessamento

4. Laboratórios do curso de Ciências Biológicas

- Almoxarifado Químico
- Laboratório de Química
- Zoologia dos Invertebrados
- Laboratório de Entomologia
- Laboratório de Bacteriologia
- Sala de Inoculação
- Laboratório de Genética
- Laboratório de Microbiologia
- Laboratório de ovos e larvas
- Laboratório de Ictologia Sistemática
- Laboratório de Ictofauna
- Laboratório de Alimentação
- Laboratório de Reprodução
- Laboratório de Taxonomia Vegetal
- Laboratório de Micropropagação
- Laboratório de Química
- Laboratório de Microscopia
- Labin II

VII – Campus de Tocantinópolis

- Laboratório Brinquedoteca Mário de Andrade
- Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado
- Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero
- Laboratório de Cinema, Cultura e Arte

- Centro de Documentação Thimbira

7.2. Biblioteca

7.2.1. Bibliotecas dos campi universitários da UFT

A seguir encontra-se a descrição das bibliotecas quanto ao acervo de livros e periódicos, à política de atualização e informatização, à área física disponível e formas de acesso e utilização do acervo. Foram iniciados, no início de 2006, os serviços de informatização do acervo e procedimentos das bibliotecas em todos os *campi* da UFT.

Todas as bibliotecas dos sete *campi* universitários já estão informatizadas.

1. Campus de Araguaína

a) Centro Integrado de Ciências - CIC

✓ Horário de funcionamento

De segunda à sexta-feira: 7h30min. às 22h.
Sábado: 8h às 14h.

✓ Acervo

O acervo da Biblioteca do Centro Integrado de Ciências supre a demanda de 7 (sete) cursos em licenciaturas e 3 (três) cursos em gestão são eles : Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química; Cooperativismo, Logística e Turismo.

O acervo é organizado de acordo com a **Classificação Decimal de Dewey** e o tipo de catalogação atende as normas do **AACR2** . O acesso as estantes é livre.

➤ Livros

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		Araguaína - Licenciaturas	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	1.061	1.422 títulos
	Exempl.	5.622	
Contrato 14/2009	Título	361	7.720 exemplares
	Exempl	2.098	
Valor			321.524,13

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Araguaína/Licenciaturas	11.056	22.891
TOTAL	13.270	27.054

➤ Revistas

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	24	142
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	17	19
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	7	43
CIÊNCIAS DA SAÚDE	14	143
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	7	150
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	57	384
CIÊNCIAS HUMANAS	217	2043
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	40	299
TOTAL	383	3223

✓ **Base de dados**

Acesso ao portal de periódicos da Capes

✓ **Jornais**

Assinatura de um jornal local

✓ **Multimeios**

263 títulos (cd's, dvd's e fitas cassete)

• **Infraestrutura**

Área – 270 m2 (climatizada);

- 10 módulos de estudo individual;
- 13 mesas para estudo de grupo;
- Sala de processamento técnico;
- Setor de circulação e atendimento.

➤ **Recursos tecnológicos**

A biblioteca encontra-se informatizada, com seu acervo indexado na base de dados do Sistema SIE que agrega todas as bibliotecas da UFT oferecendo consulta online ao seu catálogo via internet.

Como suporte para acessar estes recursos contamos com:

- 2 computadores (*atendimento, circulação*);
 - 2 computadores (*1 processamento técnico, 1 sala da bibliotecária*);
 - 1 Impressora Laser Lexmark E342m (*processamento técnico*);
 - 1 Impressora Fiscal Daruma (*atendimento*).
- **Serviços oferecidos**
 - Empréstimos domiciliar (informatizado) para a comunidade acadêmica;
 - Consulta local informatizada;
 - Consulta online;
 - Normalização de trabalhos acadêmicos;
 - Elaboração de Ficha Catalográfica;
 - Serviços de reservas de publicação;
 - Pesquisa bibliográfica;
 - Acesso aos periódicos da CAPES;

- Programas e conscientização para preservação do acervo;
- Visita orientada;
- Wireless

➤ **Política de atualização e expansão do acervo.**

Atualizar o acervo bibliográfico em conformidade com a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. A seleção e aquisição de materiais obedecem aos seguintes requisitos:

Autoridade: verificar junto aos professores a reputação do autor da obras, sua credibilidade;

Atualidade: pertinência do assunto ao momento atual. (Observar que as Obras Clássicas não se limitam a sua data de publicação, elas possuem conhecimentos que ainda não estão ultrapassados);

Cobertura: observar a temática do acervo da Biblioteca.

A expansão do acervo obedece a indicação da coordenação de cada curso, onde cada professor solicita as obras que atendem a sua disciplina.

➤ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	9
Atendentes (Bolsistas)	11
Bibliotecários	3
TOTAL	23

b) Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia

✓ **Horário de funcionamento**

De segunda à sexta-feira de 8h às 18h .

✓ **Acervo**

A Biblioteca da EMVZ é especializada na área de Zootecnia e Veterinária. O acesso ao seu acervo é livre, e organizado de acordo com a **Classificação Decimal de Dewey** e o tipo de catalogação atende as normas do **AACR2**.

O acervo é composto por:

✓ **Livros**

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		Araguaína - EMVZ	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	85	124 títulos
	Exempl.	282	
Contrato 14/2009	Título	39	543 exemplares
	Exempl	137	
Valor			43.321,19

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Araguaína/EMVZ	2.214	4.163
TOTAL	2.214	4.163

✓ **Periódicos**

Periódicos Técnicos Científicos (doação); 1 Assinatura regular de 1 Jornal Local.

Área do Conhecimento	Quantidade
Ciências Agrárias	176
Outras	40
Total	216

✓ **Multimeios**

158 títulos (fitas de vídeo e CD-ROM)

✓ **Infraestrutura**

Uma das metas do planejamento estratégico da UFT (2006-2010) era a reforma, melhora e adequação desta biblioteca às necessidades dos seus usuários. Sendo assim, no ano de 2008, a biblioteca passou por uma reforma, criação de novos espaços e implantação de novos serviços (informatização).

Estando atualmente estruturada assim:

- Área construída – 292,82 m2 (climatizada);
- 10 módulos de estudo individual;
- 2 cabines de estudo em grupo;
- 7 mesas para estudo de grupo;
- Sala de processamento técnico;
- Sala de bibliotecário e Referência;
- Setor de circulação e atendimento;

✓ **Recursos tecnológicos**

A biblioteca encontra-se informatizada, com seu acervo indexado na base de dados do sistema SIE que agrega todas as bibliotecas da UFT, que também oferece consulta online ao seu catálogo via internet.

Como suporte para acessar estes recursos, contamos com:

- 2 computadores HP – AMD – Athlon – dual Core 2.59 GHZ, 768 MB – RAM; Monitor 19 polegadas LCD (*atendimento, circulação*);
- 2 computadores IBM – Lenovo – Pentium e CPU 3.00 GHZ 500 MB de RAM (*1 processamento técnico, 1 sala da bibliotecária*), Monitor de 15 polegadas;
- Impressora Laser Lexmark E342m (*processamento técnico*);
- Impressora HP 3535 jato de tinta (*sala da bibliotecária*);
- 1 Impressora Fiscal Daruma (*atendimento*);

✓ **Serviços oferecidos**

- Empréstimos domiciliar (informatizado), somente para alunos, professores e funcionários da instituição devidamente regularizados;
- Consulta local informatizada;
- Consulta online;

- Normalização de trabalhos acadêmicos;
- Serviços de reservas de publicação;
- Pesquisa bibliográficas;
- Acesso aos periódicos da CAPES;
- Elaboração de Ficha Catalográfica;
- Wireless.

✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	4
Atendentes (Bolsistas)	2
Bibliotecários	1
TOTAL	7

2. Campus de Arraias

Sigla: **BCUA/UFT**

Nome: **Biblioteca do campus Universitário de Arraias**

Tipo de Biblioteca: **Universitária**

Possui rede *wireless*: **Sim**

Possui catálogo online de serviço público: **Sim**

Número de assentos disponíveis aos usuários: **40**

Número de empréstimos domiciliares: **6390**

Número de empréstimos entre bibliotecas: **0**

Número de comutações bibliográficas: **0**

Número de usuários capacitados para o uso de novas tecnologias: **200**

✓ **Acervo**

Livros

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		Arraias	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	123	368 títulos
	Exempl.	336	
Contrato 14/2009	Título	245	1.194 exemplares
	Exempl	858	
Valor			31.479,37

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Arraias	4.992	10.023
TOTAL	4.992	10.023

Periódicos: Títulos: **80** / Exemplares: **366**

Espaço Físico: Área construída: **233,28 m²** / Área do acervo: **40,30 m²** / Área de leitura: **46,50 m²**

✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	4
Atendentes (Bolsistas)	0
Bibliotecários	1
TOTAL	5

3. Campus de Gurupi

Após expansão ocorrida em janeiro de 2009, a Biblioteca UFT/GURUPI passou a contar com uma área total de aproximadamente 261 m², dividida em, área destinada ao acervo, área destinada aos usuários, cabines individuais de estudo, sala de processamento técnico e salas para estudo em grupo, contamos também com computadores para consulta ao acervo da biblioteca e para o processamento técnico da mesma.

O horário de funcionamento se da: De segunda a sexta feira das 07: 00 às 19: 00 h e aos sábados das 08: 00 às 12h.

✓ **Acervo**

Livros

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		Gurupi	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	3	564 títulos
	Exempl.	18	
Contrato 14/2009	Título	561	2.055 exemplares
	Exempl	2.037	
Valor			137.533,87

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Gurupi	3.528	7.515
TOTAL	3.528	7.515

Contamos com 500 periódicos, provenientes de doação, assinatura do Jornal do Tocantins, 2 Dicionários Aurélio, 1 enciclopédia, 285 vídeos, 116 CD's e 7 DVD's. Estamos em processo de ampliação do acervo por isso esses números apresentam-se em constante mudança.

As políticas / formas de atualização e expansão do acervo se dão através de observação disposta nos Projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pelo Campus Universitário, como também no que diz respeito ao mobiliário e equipamentos para a biblioteca do Campus.

Os serviços da biblioteca são: catalogação, auxílio a elaboração de referências bibliográficas, empréstimo domiciliar de livros reservas e comutação bibliográfica dentro da rede de bibliotecas da UFT, consulta a enciclopédia obras de referências e periódicos dentro do recinto da biblioteca; a consulta on-line ao acervo da biblioteca se dá através de qualquer terminal que tenha acesso a Internet, necessitando apenas acessar a página da UFT e em seguida no link bibliotecas.

✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	3
Atendentes (Bolsistas)	0
Bibliotecários	1
TOTAL	4

4. Campus de Miracema

Infra-estrutura das bibliotecas

✓ **Modelo de estrutura organizacional da (s) Biblioteca (s):**

Sistema de Bibliotecas ⁽¹⁾ : Biblioteca central ⁽²⁾ , setoriais ⁽³⁾ e posto de atendimento	() (X)
Biblioteca Central	()

✓ **Número de Biblioteca (s) e Posto (s) de Atendimento na IES:**

Número de Bibliotecas ⁽¹⁾	Número de Postos de atendimento ⁽²⁾
01	01

✓ **Espaço físico da(s) biblioteca(s)*:**

Área construída total ⁽¹⁾ (m ²):	Área destinada ao acervo ⁽²⁾ (m ²):	Área destinada aos usuários ⁽³⁾ (m ²):	Área destinada ao processamento técnico (m ²):
160	67,20	33,75	10,97

✓ **Número de salas de leitura e estudo:**

Tipo	Quantidade
Sala para estudo individual ¹	01
Sala para estudo em grupo ²	01

✓ **Número total de assentos para usuários:**

Número de total de assentos ⁽¹⁾
47

✓ **Número total de computadores destinados aos usuários:**

Número de total de computadores ⁽¹⁾
02

✓ **Acervo**

Livros

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		Miracema	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	133	819 títulos
	Exempl.	444	
Contrato 14/2009	Título	686	2.731 exemplares
	Exempl	2.287	
Valor			86.414,30

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Miracema	5.953	12.196
TOTAL	5.953	12.196

✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	4
Atendentes (Bolsistas)	0
Bibliotecários	1
Outros	2
TOTAL	7

✓ **Caracterização dos serviços oferecidos pelas bibliotecas da IES em 01/06/2010:**

Serviços oferecidos	
Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local	X
Acesso disponível pela Intranet aos serviços	X
Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico	X
Participação em redes de cooperação (formalizado) *	--
Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC)	--
Comutação bibliográfica	X
Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos	X
Reserva da bibliografia usada nos cursos	X
Horário de funcionamento diário ininterrupto	X
Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras	X
Acessibilidade para portadores de necessidades especiais* *	X
Acessibilidade do site na <i>Web</i>	X
Página <i>web</i> da biblioteca	--
Capacitação de usuários (presencial)	X
Capacitação de usuários (tutorial ou curso a distância)	--
Pesquisa bibliográfica	X
Empréstimo domiciliar	X
Serviço de auto-empréstimo	--
Participação no Portal. Periódicos Capes	X

5. Campus de Palmas

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma Biblioteca no Campus Universitário de Palmas que atende aos 17 cursos de graduação oferecidos, ao corpo de funcionários técnicos administrativos, professores e a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. A biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suporte para pesquisas acadêmicas.

A biblioteca como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

O processo de informatização/modernização das bibliotecas encontra-se na fase final com a inserção do acervo em uma base de dados (SIE/Biblioteca), tendo sido criado o Sistema de Bibliotecas da UFT - SISBIB (Sistema de Bibliotecas da UFT).

Foram adquiridos e instalados na biblioteca do Campus de Palmas, os equipamentos necessários para informatização e modernização, tais como: microcomputadores, impressoras, monitores, equipamento antifurto eletromagnético na saída da biblioteca, leitora de código de barras no setor de circulação da biblioteca (empréstimo e devolução). Além disso, encontra-se em andamento a construção de um novo prédio para a biblioteca e a aquisição de mobiliário (estante de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.),

Seguindo a política de modernização nas bibliotecas, freqüentemente executa-se a aquisição de novos títulos e exemplares de livros para completar e complementar a bibliografia básica de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação.

✓ Espaço físico

Área de 550,20m²

1º pavimento 398,20m²

2º pavimento: 152m²

O acervo está armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente e controlada por funcionários terceirizados que verificam a entrada e saída de usuários.

A biblioteca da UFT/CUP está dividida em dois pavimentos:

- ✓ **1º pavimento:** acervo geral, expositor de novas aquisições (livros e periódicos), jornais para consulta local,
- ✓ sala de estudos, balcão de atendimento, guarda volumes, sala de coordenação, sala de aquisição de materiais, sala de processamento técnico.

Na entrada da biblioteca temos um guarda-volumes (com uma funcionária da empresa de vigilância “Jorima”, responsável pela guarda dos pertences dos usuários),

Bolsistas, executam o trabalho de auxílio à pesquisa, reposição do acervo circulante, organização das estantes e orientação do acesso ao acervo bibliográfico.

Os empréstimos, devoluções e reservas dos livros são realizados por funcionários técnicos administrativos do quadro efetivo e bolsistas no balcão de atendimento.

Os livros do acervo estão organizados segundo a classificação decimal de Dewey. Com indicações de assuntos e sinalização de localização.

2º pavimento: sala de leitura coletiva, sala de estudo com cabines para estudos individuais, sala com materiais especiais (fitas de vídeo-VHS e armário com CDs-Rom), estantes com monografias, dissertações e teses, seção de periódicos.

A Biblioteca do Campus de Palmas dispõe atualmente, de mobiliário e equipamentos abaixo discriminados:

- Acervo Geral: 109 estantes;
- Sala de Leitura: (Térreo) 03 mesas com 4 cadeiras cada;
- Sala de estudo individual (2º piso): 12 cabines;
- Sala de leitura (2º piso): 21 mesas com 4 cadeiras cada, 10 cabines;
- Setor de processamento técnico do acervo: 07 computadores, 01 impressora;
- Recepção e atendimento ao usuário: 02 computadores;
- Consulta ao acervo: Não temos computadores no momento.
- Coordenação: 01 computador.

✓ **Instalações Para Estudos Individuais**

✓ A sala de estudos individuais está localizada no 2º pavimento da biblioteca, dispõe de 12 cabines individuais para estudo, em ambiente totalmente climatizado.

✓ **Instalações Para Estudos**

✓ As salas de estudo, localizadas no 1º e 2º pavimento da biblioteca, possuem juntas 24 mesas com 4 cadeiras cada.

✓ **Acervo bibliográfico**

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, monografias, dissertações, teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionado às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do Campus de Palmas da UFT. As obras encontram-se ordenadas por assunto de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os livros da biblioteca, estão cadastrados (no SIE/biblioteca ou em livros de tombo), possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		Palmas	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	731	2.360 títulos
	Exempl.	2.882	
Contrato 14/2009	Título	1.629	9.276 exemplares
	Exempl	6.394	
Valor			137.533,87

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Palmas	20.679	61.382
TOTAL	20.679	61.382

✓ **Livros**

A política de aquisição e expansão do acervo da biblioteca da UFT prioriza a compra das bibliografias básicas que constam nas ementas das disciplinas. Portanto, o acervo está de acordo com os PPC's e atendendo as propostas pedagógicas dos cursos, além de ter a proporção, para os livros básicos de 1 exemplar para cada 5 alunos por disciplina.

✓ **Periódicos**

Temos acesso livre ao portal de periódicos da CAPES em computadores localizados dentro da instituição. Também é grande o número de doações de revista de cunho acadêmico científico.

✓ **Jornais e Revistas**

A biblioteca da UFT/CUP possui uma assinatura de jornal local que complementa a formação acadêmica à medida que os jornais são veículos de divulgação do panorama atual, o que auxiliam na contextualização das questões relacionadas com os conteúdos abordados em sala de aula.

✓ **Acesso ao Acervo**

Consulta: a pesquisa do acervo bibliográfico é realizada via web.

Empréstimo: é realizado diretamente nos balcões de atendimento. Cada aluno pode emprestar 3 (três) livros por 7 (sete) dias, renováveis por mais (7) sete dias em caso de não existência de reservas. Os professores podem emprestar até 5 (cinco) livros pelo prazo de (15) quinze dias.

Reserva: O usuário pode fazer reservas dos livros que estejam emprestados e conseqüentemente esgotados no acervo. Depois que chegam à biblioteca o material fica à espera do usuário que fez a reserva de pelo prazo de um dia (24:00h.).

Renovação: Todo material pode ser renovado, pelo mesmo tempo de empréstimo, desde que não esteja reservado e que no cadastro do usuário solicitante da renovação, não constem pendências em quaisquer biblioteca da UFT.

✓ **Política de Atualização e Expansão do Acervo**

Livros - conforme lista de aquisição elaborada pelas coordenações de curso, semestralmente e encaminhadas à coordenação da biblioteca que encaminha as mesmas a coordenação do sistema de bibliotecas da UFT.

Periódicos – através de doações feitas por instituições públicas e privadas.

Outros materiais – compra com recursos do próprio Campus.

✓ **Informatização**

A informatização da Biblioteca da UFT iniciou em 2006, com a implantação de um software de gerenciamento de serviços em biblioteca e criação de um banco de dados do nosso acervo.

✓ **Base de Dados**

A UFT disponibiliza várias bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, com acesso em qualquer computador da instituição.

✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	7
Atendentes (Bolsistas)	8
Bibliotecários	7
TOTAL	22

✓ **Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**

A biblioteca tem como política interna prestar serviços de orientação na normalização dos trabalhos técnicos científicos, segundo recomendações da ABNT. Também auxilia na catalogação do material e treina o usuário quanto à pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, sua recuperação e serviços oferecidos, inclusive com visitas programadas.

✓ **Atendimento ao Público**

De Segunda à Sexta-feira: 08h - 22h.

Sábados: 08h - 12h

6. Campus de Porto Nacional

✓ **Horário de funcionamento**

De segunda à sexta-feira: 7h30min. às 22h.

Sábado: 8h às 12h.

✓ **Área física**

A área total é de 786,82 m².

✓ **Infra-estrutura física**

O ambiente reservado aos usuários, disponibiliza uma mesa para estudo em grupo, com capacidade para 20 pessoas, 9 mesas para 4 pessoas, 10 mesas para uma pessoa e 8 cabines para estudo individual.

✓ **Acervo**

Livros:

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		PORTO NACIONAL	TOTAL
Contrato 23/2008	Título	603	1.067 títulos
	Exempl.	1.129	
Contrato 14/2009	Título	464	2.476 exemplares
	Exempl	1.347	
Valor			96.206,46

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Porto Nacional	11.601	23.954
TOTAL	11.601	23.954

✓ **Formas de atualização e expansão do acervo**

O acervo é atualizado anualmente através de compra e doações. As aquisições por compra são efetuadas de acordo com as solicitações encaminhadas à Biblioteca pelas Coordenações dos cursos (Biologia, Geografia, História, Letras e Mestrado em Biologia de Ecótonos), elaboradas em forma de listas, pelos professores de cada área, considerando a proposta pedagógica dos mesmos, dando prioridade para as bibliografias básicas e complementares dos cursos.

✓ **Serviços oferecidos**

- Empréstimos domiciliar (informatizado), somente para alunos, professores e funcionários da instituição devidamente regularizados;
- Consulta local informatizada;
- Consulta online;
- Normalização de trabalhos acadêmicos;
- Serviços de reservas de publicação;
- Pesquisa bibliográficas;
- Acesso aos periódicos da CAPES;
- Elaboração de Ficha Catalográfica;
- Wireless.

✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos(Servidores)	8
Atendentes (Bolsistas)	3
Bibliotecários	2
TOTAL	13

7. Campus de Tocantinópolis

A Biblioteca do Campus Universitário de Tocantinópolis / UFT, foi criada pelo Decreto nº. 252/90 de 21/02/90. Atualmente mantida pelo Governo Federal, instituída em 12/12/96 em decorrência das Leis 872/96 e 874/96 com acervo composto 16.549 peças entre livros (exemplares), periódicos (fascículos), folhetos, dissertações, teses, monografias, relatório e outros (hemeroteca, CDs, DVDs, fotos) conforme tabela abaixo.

✓ **Horário de funcionamento**

De segunda à sexta-feira: 7h30min. às 22h.
Sábado: 8h às 12h.

✓ **Infra-estrutura física**

Atualmente, a biblioteca dispõe de uma área total construída de 504 m², toda área climatizada com equipamento de climatização (sprinter) em varias especificações, esta divida da seguinte forma para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos:

Coordenação (área: 9,89m²) onde está alocado 01 computador, 01 mesa de escritório, 01 cadeiras com encosto e braços, 02 cadeiras estufadas, 01 arquivo em aço, 01 ramal telefônico

Mini auditório / sala de vídeo. (área: 41,77m²)

Sala de estudo em grupo (área: 25,50m²) onde estão alocadas 04 mesas de 1,5m de diâmetro com 16 cadeiras.

Sala de pesquisa. (área: 16,01m²) onde estão alocados 06 cabines dupla face para estudo individual

Estudo individual (área: 15,64m²)

Área de pesquisa (área: 107,61m²) onde estão alocadas 12 mesas e 48 cadeiras fixa estufadas

Acondicionamento acervo (área: 121,12m²) onde está alocadas 35 estantes dupla face em aço, 02 estante expositor em aço e 01 estante expositor em madeira.

Processamento técnico (área: 22,12m²) onde estão alocados 03 computadores, 03 mesas para microcomputador, 01 mesa para impressora, 03 mesas de escritório, 01 armário em aço, estante em madeira, 01 ramal telefônico, 03 cadeiras com encosto e braços, 02 cadeira.

Atendimento e Recepção (área: 13,14m²) onde estão alocados 02 computadores como monitor de LCD, 02 cadeiras com encosto e braços, escaninho para guarda volumes, 02 gaveteiros em madeira.

Circulação (área: 11,19m²) onde está alocados a estação de consulta com 02 computadores, 02 cadeiras com encosto e braços, estação de pesquisa ao Portal CAPES e outros sites de pesquisa na internet.

Acesso geral (área: 25,46m²) onde estão alocados balcão com escaninho para guarda de pertences de usuários.

Circulação interna (área: 25,55m²) acesso aos banheiros e salas de pesquisa coletiva e individual.

Depósito (área: 8,46m²).

Banheiros - (área: 25,06m²) 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física (PDF) e portadores de deficiência motora (PDM).

O perfil dos usuários da biblioteca: docentes do campus, discentes de graduação e de pós-graduação, técnicos administrativos, prestadores de serviços da UFT – Campus de Tocantinópolis, professores e alunos de Escolas de 1º e 2º Graus da cidade e comunidade em geral.

Caracteriza-se como Instituição pública federal; segundo o acesso a coleção é de livre acesso para todos os usuários para atendimento em nível de consulta local para usuários externos, o empréstimo é restrito a usuários vinculados a Instituição. Segundo a coleção/ acervo geral e especializado.

✓ **Acervo**

Livros:

1. Aquisição de acervo bibliográfico/2009

CAMPUS		TOCANTINÓPOLIS	TOTAL
Contrato	Título	460	870 títulos
23/2008	Exempl.	1.301	

Contrato 14/2009	Título Exempl	410 1.398	2.699 exemplares
Valor			72.523,11

2. Acervo das bibliotecas/2010

CAMPUS	TÍTULO	EXEMPLAR
Tocantinópolis	5.514	10.785
TOTAL	5.514	10.785

✓ Política de atualização e informatização acervo:

A principal forma de atualização das coleções é voltada para a composição dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, através de listas encaminhadas a Biblioteca por professores, para cotação e posterior aquisição pela PROGRAD/UFT. É importante ressaltar, as obras que compõem as listas, fazem parte das bibliografias básicas e complementares de cada curso, conforme critérios do Ministério da Educação e Cultura – MEC. As listas de livros são indicações dos docentes, discentes e da equipe da biblioteca.

Material adquirido por permuta: teses, livros, livros didáticos, folhetos, almanaques, catálogos, periódicos, etc.

✓ Informatização

Com relação à informatização, desde o início do ano de 2006, foi adquirido pela Universidade Federal do Tocantins, o Sistema Integrado de Ensino – SIE. O módulo biblioteca esta em fase final de implantação. Na primeira etapa ocorreu a composição do banco de dados através dos programas CATBIB/FGV e PESQBIB/FGV, treinamento dos bibliotecários para gerenciamento do programa e suas rotinas, aquisição de equipamentos de informática para montagem das estações de processamento técnico, atendimento e consulta/pesquisa e elaboração de normas de funcionamento padronizadas para as bibliotecas da UFT. A biblioteca está informatizada, com quase todos os serviços automatizados.

✓ Serviços oferecidos à comunidade acadêmica:

Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local;
 Participação em redes de cooperação (formalizado);
 Participação em redes de bibliográfica (CCN, Bibliodata e OCLC);
 Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos;
 Reserva da bibliografia usada nos cursos; Horário de funcionamento diário ininterrupto; Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras; Acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
 Acessibilidade do site na *Web*; Página *web* catálogo da biblioteca.
 Orientação / Capacitação de usuários (presencial);
 Pesquisa bibliográfica; Empréstimo domiciliar;
 Participação no Portal Periódicos Capes; Catálogo de teses/dissertações/monografias/tcc's /relatórios;
 Alerta usuário; guia de biblioteca; Regulamento da biblioteca.

Disponibiliza, ainda, serviços como: consulta local; levantamento bibliográfico; empréstimo interbibliotecas; treinamento de usuários; divulgação das publicações recém - adquiridas; painel com informações sobre a biblioteca e assuntos afins;

- ✓ **Sistema de classificação** adotado: Classificação Decimal de Dewey e a catalogação: Código de Catalogação Anglo - Americano.

- ✓ **Quadro de pessoal técnico-administrativo**

Técnico-administrativos (Servidores)	6
Atendentes (Bolsistas)	4
Bibliotecários	1
Outros	1
TOTAL	12

- ✓ **Recursos tecnológicos e de áudio visual a serem disponibilizados na UFT**

Equipamento	Quantidade	2010	2011	2012	2013	2014
Computadores	3.420	450	575	690	793	912
Impressoras	626	93	107	123	141	162
Projetores	750	150	150	150	150	150
Notebook	305	45	52	60	69	79
Televisores	531	71	92	106	122	140
Outros	4.448	662	761	875	1000	1150

7.2.2. Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/04 e Decreto nº 5.773/06)

A estigmatização do diferente sempre foi o ponto principal de exclusão diante da sociedade que define normas e padrões nos quais todos os homens devem ser enquadrados ou até mesmo encarcerados. O estigma é influenciado pela cultura e pela época, sendo que cada sociedade cria atributos desejáveis e indesejáveis acompanhados por regras que direcionam o modo como as pessoas que possuem tais condições devem ser tratadas, incluídas aí os portadores de necessidades especiais. A partir do entendimento da necessidade de trazer para a Universidade essa preocupação e também garantindo o que determina a legislação no que tange à promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais, a UFT, por meio da PROEX, aprovou a criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente na UFT (NIAD), em março de 2009.

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente na UFT (NIAD) vem ao encontro desta problemática e visa diminuir esta estigmatização. Tal núcleo propõe a elaboração de um Programa de Acessibilidade e Capacitação em Educação Inclusiva. Nesse sentido, a idéia é capacitar técnicos e docentes da UFT para o atendimento aos acadêmicos deficientes, bem como levar informações sobre o processo inclusivo aos discentes e articular políticas de inclusão nas várias áreas do saber, propondo ações que contemplem as especificidades dos diversos cursos da UFT. Nessa vertente já ocorreu em Araguaína a atualização de professores das escolas estaduais da cidade. Dentre as ações estão previstos ciclos de palestras, cursos, oficinas e mesas redondas com profissionais experientes e com formação nessa área de atuação, a promoção do vestibular inclusivo, visitas técnicas a universidades que já possuem um núcleo de inclusão solidificado, contratação de profissionais que possuem habilitação na área da educação inclusiva, além do favorecimento ao acesso, entrada e permanência do aluno com necessidades especiais na universidade. A realização das atividades previstas neste

Programa de Acessibilidade e Capacitação em Educação Inclusiva, em todos os campi, visa contribuir para a melhoria do ensino, à medida que proporciona situações novas de ensino-aprendizagem que suscitem reflexões por parte dos servidores, docentes e discentes envolvidos. A educação especial é uma modalidade escolar que deve permear todos os níveis de ensino e, portanto, deve estar presente em todas as escolas onde houver qualquer aluno que dela necessite, favorecendo desta forma a inclusão.

Assim, constituem como objetivos específicos do Núcleo:

- Capacitação e informação da comunidade acadêmica e tocantinense, no que diz respeito à inclusão;
- Ampliação do quadro de funcionários com habilitações em educação inclusiva, para a efetivação do Núcleo como pólo orientador e de referência, sendo primordial a presença de intérprete e instrutor de LIBRAS, de pedagogo e psicólogo com habilitação na área, bem como de enfermeiro e assistente social;
- Criação do órgão colegiado do NIAD, com representantes de todos os campi, com reuniões bimestrais/grupo de estudo; Promoção da I Semana do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente da UFT, bem como sua institucionalização no calendário de eventos da UFT;
- Inclusão de oficinas nas semanas acadêmicas, relacionando o tema inclusão aos cursos de graduação;
- Realização de visitas técnicas a universidades que já possuem um núcleo de inclusão solidificado;
- Produção e aquisição de material didático-pedagógico e oferta dos recursos indispensáveis aos acadêmicos de acordo com suas necessidades educacionais;
- Ampliação de parcerias com organizações e entidades que possam auxiliar a UFT e, mais especificamente o NIAD, a promover a formação dos acadêmicos com uma visão mais inclusiva da sociedade na qual atuará profissionalmente.

Outras ações do núcleo envolvem apoio à Comissão Permanente de Vestibular – COPESE, no sentido de orientar a realização de vestibulares em relação às pessoas com necessidades especiais; dar consultoria à área de projetos e obras da UFT, buscando garantir a acessibilidade a partir do referencial legal no que tange aos parâmetros das edificações.

A Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários também promove cursos de LIBRAS em todos os campi, tendo em seu quadro um técnico responsável pelos serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O objetivo dos cursos é capacitar técnicos, docentes e discentes no uso da linguagem brasileira de sinais para serem multiplicadores em todos os campi e, assim, montar uma estrutura de atendimento sistematizado aos portadores de necessidades especiais.

7.3. Cronograma de expansão da infra-estrutura para o período de vigência do PDI

O Projeto de Reestruturação e Expansão da UFT aprovado em 2007 apresenta um plano de expansão da infra-estrutura nos campi de Araguaina, Gurupi e Palmas, como forma de atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos quatorze novos cursos criados e implantados a partir de 2009/2º semestre.

Além disso, todos os campi têm vivenciado um arrojado processo de expansão com priorização da construção de salas de aulas, laboratórios e bibliotecas.

VIII. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1. Avaliação Institucional da Educação Superior: concepção e orientações.

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

Podemos explicitar o foco da avaliação institucional como sendo o de conhecer detalhadamente as estruturas que compõem a Instituição em busca de experiências positivas, distorções, alterações ou deformações acentuadas, que coloquem em risco os objetivos e finalidades da Universidade. Para que esse foco seja de fato estabelecido, é necessária, sempre que possível, a reformulação contínua a partir de ações e proposições visando à adequação e à estabilidade dos elementos que constituem a Instituição.

Em conformidade com a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, destacam-se as diferentes dimensões institucionais a serem consideradas:

- a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação;
- a responsabilidade social da Instituição (inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória, produção artística e patrimônio cultural);
- a comunicação com a sociedade;
- as políticas de pessoal;
- organização e gestão institucionais;
- infra-estrutura física;
- planejamento e avaliação;
- política de atendimento ao estudante;
- sustentabilidade financeira (Lei nº 10.861/04, art. 3º).

8.2. Princípios Norteadores

Na elaboração de uma proposta de avaliação institucional, é fundamental que o processo se baseie em princípios que garantam sua relevância, tais como:

- **Participação** - faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados, para que a Universidade como um todo possa visualizar melhor sua própria estrutura.

- **Solidariedade** - a partir do processo de avaliação institucional, é possível potencializar ações no sentido de que os *campi* possam obter uma visão de unidade, buscando-se, com isso, criar uma teia de

solidariedade para a partilha de experiências e solução de problemas, visando à melhoria da Instituição.

- **Globalidade** - o processo de avaliação institucional deve considerar a Universidade como um todo, evidenciando a pluralidade e o respeito às suas características, valorizando a Instituição enquanto entidade voltada para os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade brasileira.

- **Respeito à identidade institucional** - é necessário promover o respeito à identidade da Instituição, bem como visualizá-la e localizá-la em seu contexto institucional e social.

- **Não-premiação e não-punição** - a avaliação não deve visar a nenhum mecanismo de premiação ou de punição. Deve visar à melhoria da Universidade.

8.3. Avaliação Institucional: do Sistema Nacional à UFT

Desde o início da década de 90 do século XX, várias instituições de educação superior brasileiras e também o Ministério da Educação vêm procurando implementar um processo de avaliação contínuo nas instituições de educação superior, por meio do Sistema Nacional de Avaliação.

A criação da CEA (Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior) pelo MEC resultou, após intenso período de trabalho, na apresentação de um documento propositivo de novos mecanismos de avaliação que culminem na ampliação da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária no Brasil. Assim, criou-se o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

O documento trata, de forma aprofundada, dos mecanismos já utilizados e propõe novos enfoques avaliativos, representando um avanço significativo, do ponto de vista governamental (regulador), no processo contínuo e sistemático das avaliações que vêm sendo implantadas pelo MEC na educação superior brasileira.

Apesar de seu caráter essencialmente estruturalista, centrado na função desempenhada pela educação superior, o SINAES tem o mérito de associar as atividades acadêmicas sem estabelecer critérios de prioridade. Dessa forma, representa um avanço na compreensão de um sistema nacional de educação superior voltado para a valorização, tanto interna quanto externa, de todas as atividades desenvolvidas, permitindo maior articulação entre as instituições de ensino superior e a sociedade em geral, respeitando tais instituições e suas vocações específicas e gerais. O SINAES ressalta a auto-avaliação – com destaque para a participação da comunidade universitária – articulada com a avaliação externa de especialistas.

Composto por um conjunto de diretrizes para as avaliações, o documento sugere a criação de novos instrumentos de avaliação – a auto-avaliação (interna), a avaliação externa, a avaliação das condições de ensino e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) –, associando-os aos instrumentos de informação, como o Censo da Educação Superior, o Cadastro das Instituições e Cursos, o Sistema de Registro da Capes e da Secretaria da Educação Média e Tecnológica/MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político-Pedagógico.

Após proposição do SINAES pela CEA e depois dos debates com a sociedade, a proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 14 de abril de 2004 (Lei n.º 10.861).

O SINAES tem os seguintes objetivos: melhoria da qualidade da educação superior, orientação da expansão da sua oferta, aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, promoção e aperfeiçoamento do compromisso e da responsabilidade social das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (art.1º, §1º).

O texto da Lei manteve, em linhas gerais, a proposta de avaliação da educação superior, publicada pela CEA em agosto de 2003. Uma das principais alterações ocorreu na avaliação do ensino de graduação, proposta originalmente com o nome de Paidéia, passando a Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –, que substituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC ou Provão), com aplicação trienal em todos os cursos de graduação, por amostragem.

A letra da Lei deixa a cargo da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) a coordenação e supervisão do SINAES, prevendo a formação de uma comissão própria de avaliação, com vistas à condução dos processos de avaliação institucional interna, bem como de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP (art.11).

A Universidade Federal do Tocantins, no sentido de construir a Avaliação Institucional, iniciou o processo em outubro de 2003, criando a Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA). A partir de então, esforços foram concentrados para compor a referida Comissão por meio da participação de um representante docente por *campus*, de representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e de um representante da sociedade civil.

Em meio às discussões acerca da instalação, identidade, autonomia e elaboração do plano de ação, entre os meses de outubro de 2003 e abril de 2004, foi possível constituir a Comissão com as respectivas representações e unidades.

Os membros da CPA (Comissão Própria de Avaliação) participaram da IV oitiva, realizada no MEC, no dia 1º de junho de 2004, com a temática voltada para a avaliação da educação superior no âmbito da reforma universitária, ocasião em que a CPA realizou um primeiro encontro com membros do CONAES e com o Diretor de Estatística da Educação Superior do INEP para tratar do processo de avaliação da Universidade Federal do Tocantins.

A Comissão participou de mais dois encontros convocados pelo MEC/INEP para tratar do processo de avaliação interna. Esses encontros auxiliaram na formatação do processo proposto à comunidade da UFT.

O desafio de construir, no âmbito da Instituição, um processo positivo de envolvimento com a avaliação institucional é, comparativamente às outras instituições federais de ensino superior, algo bastante singular para a Universidade, pois, criada recentemente (no berço originário da Universidade do Tocantins – Unitins), a UFT é uma instituição literalmente em formação, em todos os aspectos. Seus cursos de graduação, projetos de extensão e política de gestão, de pesquisa e pós-graduação direcionam a dinâmica e a existência própria da Instituição, fazendo com que seu deslocamento

temporal seja, aos poucos, direcionado às suas reais funções, objetivos e, principalmente, à sua missão e compromisso com a sociedade.

Seu momento atual indica uma série de obstáculos a serem vencidos, metas a serem alcançadas, programas a serem construídos, indicando, portanto, uma série de elementos vitais para a existência da própria Universidade. Não bastam, porém, apenas a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento desses elementos e mecanismos para a Instituição autolegitimar-se. É necessária uma cultura de avaliação e um constante acompanhamento de suas estruturas internas, para que a Instituição tenha fôlego para permanecer desenvolvendo-se, vencendo, portanto, as dificuldades e limitações impostas pela sua própria natureza e pela sua condição de instituição pública.

Esse monitoramento, que se constitui em acompanhamento e dimensionamento, requer uma análise mais detalhada de seus indicadores e referenciais, imprescindíveis para o diagnóstico de qualquer situação, com vistas a proposições e ações efetivas que visem à compreensão do sistema institucional. Aqui adentramos na avaliação institucional como um elemento essencial para o bom andamento e conhecimento do caminho percorrido pela Instituição durante sua vida, o que pressupõe a possibilidade (e por que não dizer a necessidade?) de refletir e pensar a partir das informações disponíveis, organizadas, diagnosticadas, analisadas e inferidas, visando-se, assim, a um contínuo processo de reformulação a partir de seus elementos mais intrínsecos e essenciais à dinâmica institucional.

8.3.1 Objetivos

- *Geral*

Desenvolver um processo permanente de avaliação institucional na UFT, com vistas à proposição de ações voltadas ao aprimoramento e desenvolvimento contínuo da Instituição.

- *Específicos:*

- refletir sobre a identidade e as ações da Comissão Própria de Avaliação, suas representações e funções, entre as diversas ações avaliativas no âmbito da Instituição.
- promover reflexões sobre a avaliação institucional mais adequada à realidade e às necessidades da UFT, por meio do incentivo à constituição de grupos de estudo e de pesquisa sobre a temática;
- desenvolver, em médio prazo, um programa de avaliação institucional para a Universidade e implementá-lo, usando-se como base as propostas da comunidade acadêmica e a legislação, bem como as políticas vigentes no âmbito do Ministério da Educação;
- expandir as relações de intercâmbio entre os diferentes setores da Universidade, agregando dados e fornecendo proposições satisfatórias para o processo de atualização e transformação dos meios acadêmicos e científicos da Instituição;
- incentivar iniciativas de pesquisas e estudos pós-graduados no campo da avaliação institucional.

8.4. Estrutura Organizacional do Processo Avaliativo na UFT

- Formação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- Formação de uma Comissão Setorial de Avaliação (CSA).

- Infra-estrutura básica, composto de espaço próprio e adequadamente constituído, bem como de funcionários técnico-administrativos.

8.5. Roteiro Básico do Processo de Avaliação Institucional

Considerando o processo de avaliação institucional, descreve-se o roteiro básico proposto no documento que fundamentou a Lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Ressalta-se que a elaboração dos indicadores ocorrerá após o momento de sensibilização e formação da Comissão Setorial de Avaliação.

Missão institucional — elementos voltados para a vocação, os compromissos, as finalidades, a visão e os objetivos da instituição. Constituem-se em elementos fundamentais do projeto institucional. A identificação e a avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição definem sua identidade e indicam sua responsabilidade social. Principais programas e processos que conferem identidade à instituição e melhor realizam suas finalidades e objetivos essenciais. Principais contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade. Características principais do clima acadêmico e psicossocial da IES.

Corpo de professores/pesquisadores — descrever e qualificar esse conjunto de atores, com respeito à formação acadêmica e profissional, sua situação na carreira docente, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional, compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuição dos encargos, adesão aos princípios institucionais fundamentais, vinculação com a sociedade, forma de admissão na carreira docente, entre outros detalhes.

Corpo discente — descrever e qualificar os estudantes em sua coletividade, considerando como importante a questão da integração de alunos e professores de distintos níveis e sua participação efetiva na vida universitária. É importante conhecer também – para propor soluções – os dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempo médio de conclusão, formaturas, realidade dos ex-alunos, questões da formação profissional, relação professor/aluno, qualidade de vida estudantil e, ainda, o que se considerar relevante.

Corpo de servidores técnico-administrativos – descrever e qualificar o conjunto dos servidores, considerando como importante a questão da integração dos atores da comunidade universitária (servidores, alunos e professores), considerando-se também sua formação profissional, sua situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional, compromisso com a distribuição dos encargos, adesão aos princípios fundamentais da Universidade, vinculação com a sociedade, concursos e outras formas de admissão na carreira, entre outros aspectos.

Currículos e programas — concepção de currículo, organização didático-pedagógica, objetivos, formação profissional e cidadã, adequação às demandas do mercado e da cidadania, integração do ensino com a pesquisa e a extensão, interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular, extensão das carreiras, inovações didático-pedagógicas, utilização de novas tecnologias de ensino, relações entre graduação e pós-graduação e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica — análise das publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica e tudo o que se relacionar a esses assuntos.

Atividades de extensão e ações de intervenção social — vinculação com a sociedade, integração com o ensino e a pesquisa, políticas de extensão e sua relação com a missão da Universidade, transferência de conhecimento, importância social das ações universitárias, impactos das atividades científicas técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional, relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho, participação de alunos, iniciativas de incubadoras de empresas, capacidade de captação de recursos, pertinência e equidade, ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura – análise da infra-estrutura da Instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção do conhecimento. Considerar especialmente as salas de aula, os laboratórios, as bibliotecas, os restaurantes, as áreas de lazer, os sistemas de transporte, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades institucionais.

Gestão – avaliar a administração geral da Instituição e de seus principais setores, na perspectiva da globalidade. Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e os projetos institucionais, a qualidade da democracia interna e, especialmente no que diz respeito aos órgãos colegiados, as relações profissionais. Avaliar as políticas de desenvolvimento e expansão institucional. Em relação ao pessoal administrativo, seu perfil, sua capacitação e políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional. Em relação ao orçamento, averiguar a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos, bem como tudo o que lhe seja pertinente.

Outros – avaliar outros itens não mencionados e que sejam importantes para a Instituição, como, por exemplo, cursos não-universitários, cursos a distância, hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, entre outros, mas sempre tendo em vista as finalidades essenciais e a missão da IES.

8.6. Etapas do Processo de Avaliação Institucional

Sensibilização

- Elaboração de plano de sensibilização para motivar a comunidade interna a participar dos processos de construção da proposta de avaliação institucional e do processo de sua implementação.
- Reuniões de grupos (CPA com Pró- Reitorias, Diretorias e demais segmentos).
- Seminários e palestras.
- Cursos.
- Veículos de comunicação (impressos, Internet).
- Envolvimento dos setores da comunidade externa.

Diagnóstico

- Selecionar fontes de dados.
- Situar a Instituição em relação ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação, à extensão e à gestão.
- Elaborar relatório diagnóstico.
- Realizar avaliação interna.
- Avaliar a coerência (ou incoerência) da constituição e da formação do corpo docente com as funções essenciais da Instituição.
- Avaliar as formas e a intensidade do envolvimento dos professores no cumprimento dos

principais objetivos institucionais.

- Identificar e avaliar as políticas de formação continuada dos professores, mencionando, quando for o caso, os incentivos claramente estabelecidos na carreira docente e as principais carências e dificuldades.
- Avaliar a articulação/desarticulação entre professores das diferentes disciplinas, dos distintos departamentos, cursos, centros ou áreas.
- Avaliar a equidade da Instituição relativamente às suas políticas de acesso, seleção e permanência de alunos.
- Avaliar a responsabilidade social da Universidade no que tange às suas políticas de abertura e ampliação de vagas, considerando se respondem a critérios de necessidades definidas pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento das ciências, letras e artes ou a demandas de mercado.
- Examinar criticamente o conjunto das atividades e recursos institucionais em geral, em termos de favorecimento também da autoformação dos estudantes.
- Identificar e avaliar as medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da Instituição.
- Identificar e avaliar os principais indicadores da qualidade de vida estudantil no espaço institucional (lazer, cultura, atendimento à saúde, facilidade de acesso a pessoas, equipamentos e dependências físicas, participação na vida política, qualidade das relações humanas, condições ambientais, etc.).
- Examinar criticamente a situação de trabalho dos egressos e eventuais interferências nas atividades institucionais.
- Avaliar a efetiva participação dos estudantes, juntamente com os professores, em atividades de ensino, pesquisa e extensão (modalidades, objetivos, incentivos para a criação de empresas juniores e outros projetos conjuntos).
- Avaliar a coerência (ou incoerência) da constituição e da formação do corpo de servidores técnico-administrativos com as funções essenciais da Instituição.
- Avaliar as formas e a intensidade do envolvimento dos servidores no cumprimento dos principais objetivos institucionais.
- Identificar e avaliar as políticas de formação continuada dos servidores, mencionando, quando for o caso, os incentivos claramente estabelecidos na carreira e as principais carências e dificuldades.
- Avaliar o desempenho geral dos servidores técnico-administrativos.
- Avaliar formas de ingresso e progressão na carreira.
- Avaliar programas que tenham como compromisso melhorar a qualidade de vida do servidor.
- Avaliar a coerência/incoerência do conjunto de atividades educativas, em suas formas e conteúdos, com as funções essenciais da Instituição.
- Avaliar os impactos dos currículos, programas e práticas pedagógicas nas atitudes críticas e de investigação, nas relações interpessoais, nos hábitos de estudo, na educação contínua e na participação ativa na vida em sociedade.
- Avaliar as práticas e atitudes pedagógicas, considerando se há maior ênfase na transmissão de informações (exteriores ao aluno) ou na experiência pessoal do conhecimento (participação do sujeito).
- Avaliar se os currículos e programas, em suas formas e conteúdos explícitos e implícitos, atendem às demandas atuais da ciência e da vida econômica e social.
- Avaliar se as relações interpessoais, o sistema de comunicação, a estrutura de poder, os hábitos e os códigos de comportamento produzem ou não um clima de respeito, confiança e

satisfação.

- Avaliar a pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais e as necessidades pessoais, em suas dimensões econômicas e culturais.

Proposta de Avaliação para Extensão Universitária (Itens 7 e 10 do SINAES)

- Indicar a concepção de extensão e de intervenção social afirmada no projeto institucional, bem como avaliar a efetividade de instrumentos, órgãos e normas de implantação e acompanhamento das ações.
- Avaliar a participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o impacto disso em sua formação.
- Avaliar os impactos das atividades institucionais de extensão e intervenção social em questões como capacitação profissional de setores da comunidade, criação de postos de trabalho e efeitos sobre salários.
- Avaliar os efeitos das atividades voltadas ao melhoramento do ensino formal e, especialmente, da educação básica.
- Avaliar a inserção de setores da comunidade nas novas tecnologias de informação e comunicação.
- Avaliar impactos das atividades da IES na qualidade de vida da população, considerando-se aspectos como educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, criação de organizações econômicas e sociais (cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, etc.) e participação em organizações sindicais e partidos políticos.
- Avaliar a vida em comunidade e a inclusão social de setores marginalizados.

Proposta de Avaliação para Pesquisa e Pós-Graduação (Itens 6, 8 e 10 do SINAES)

- Criar políticas de capacitação contínua do corpo docente, que estimulem as práticas de pesquisa e de reflexão individual e coletiva sobre a própria atividade.
- Avaliar a relevância e a coerência da produção do conhecimento e de suas práticas no que diz respeito aos propósitos essenciais da Instituição, às exigências da ciência e às necessidades da população (relevância científica e social da ciência/produção de conhecimentos e técnicas).
- Julgar as políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de novos pesquisadores.
- Considerar criticamente as políticas institucionais (quando houver) em que estejam claramente definidos as prioridades e os estímulos para o desenvolvimento da pesquisa.
- Avaliar a preocupação institucional em articular a pesquisa com as demais atividades acadêmicas (como, por exemplo, os mecanismos e os resultados pretendidos).

Proposta de Avaliação para a Gestão Universitária (itens 1, 8, 9 e 10 do SINAES)

- Descrever a função central que a Instituição se propõe cumprir, segundo o projeto institucional.
- Analisar as práticas institucionais que concretizam a função central da Instituição, identificando os principais resultados, as dificuldades, as carências, as possibilidades e as potencialidades.
- Analisar a participação dos professores, estudantes e servidores na realização desse projeto

institucional, identificando e avaliando as estratégias de motivação.

- Avaliar a pertinência do projeto institucional, tendo em vista as características do entorno social e as demandas objetivas da comunidade regional e da sociedade brasileira, observando-se de que maneira os contextos social, econômico e político interferem nas políticas e nas práticas informais da Instituição.
- Avaliar em que medida os propósitos e fins formais e oficiais da Instituição coincidem com os objetivos realmente perseguidos pelos professores e administradores.
- Avaliar os principais elementos da infra-estrutura, considerando se correspondem às necessidades institucionais, tendo em vista os propósitos oficiais que dizem respeito às funções públicas da Instituição.
- Avaliar se há políticas formalmente estabelecidas para a adequação da infra-estrutura aos fins, no que diz respeito à utilização dos equipamentos, bibliotecas, hospitais, restaurantes, laboratórios, campos experimentais, áreas esportivas e de lazer, espaços livres e outros segmentos.
- Avaliar se o estilo de gestão e as estratégias de tomada de decisões têm ou não favorecido a conscientização dos papéis específicos, as relações sociais de trabalho e a promoção de valores e mecanismos de desenvolvimento institucional.
- Avaliar se predominam na gestão as finalidades educativas (formação de cidadãos e produção de conhecimento) ou as rotinas burocráticas.
- Avaliar as práticas de publicação e divulgação de produtos e serviços.
- Elaborar e divulgar Relatório de Avaliação Interna.

Participação da Comunidade Acadêmica e Atuação da CPA

O desafio de construir um programa significativo de avaliação interna na UFT fundamenta-se em ações referentes à discussão sobre a concepção de avaliação, avaliação institucional e avaliação interna, que são instrumentos avaliativos que suscitam a participação de toda a comunidade acadêmica em fóruns de discussão a serem realizados pela Universidade em parceria com CPA, com o objetivo de apresentar a proposta de auto-avaliação da UFT e as questões históricas e conceituais.

Para a construção do instrumento de coleta de informações, a CPA deve contar com assessoria externa e com a participação das CSAs, que devem promover a discussão entre os professores e os alunos nos respectivos *campi*.

IX. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- Demonstração da sustentabilidade financeira, incluindo os programas de expansão previstos no PDI:
 - Estratégia de gestão econômico-financeira;
 - Planos de investimentos;
 - Previsão orçamentária e cronograma de execução (5 anos).

9.1. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Para implantar, com êxito pretendido, o seu processo de consolidação acadêmica, a UFT está melhorando sua estrutura organizacional e gerencial, no sentido da modernização e do desenvolvimento administrativo. Para tanto, estão sendo adquiridos microcomputadores integrados em

redes de comunicação, bem estão sendo investidos recursos na construção de laboratórios de ensino e pesquisa. Além disso, são realizados investimentos visando melhoria do ambiente para professores e salas de aulas adequadas.

A elaboração de uma matriz orçamentária levando em consideração o número de alunos na graduação e pós-graduação, número de cursos, atividades de pesquisa e extensão entre outros fatores, para a divisão de recursos entre os campi da UFT, tem-se mostrado democrático e transparente, uma vez que, o diretor de cada campus tem maior conhecimento e autonomia para melhor alocar seus recursos em seu campus, sendo sempre discutido pelo conselho de campus.

A Universidade Federal do Tocantins é mantida com recursos federais, mas, ano a ano, vem crescendo a preocupação dos gestores em aumentar a importância e a participação de recursos próprios e oriundos de convênios no total dos recursos orçamentários executados pela Instituição.

Para tanto é notório os esforços do seu quadro de servidores (professores e técnicos administrativos) visando maior captação de recursos posto que nos últimos exercícios houvesse um aumento significativo na arrecadação de recursos próprios.

Podemos destacar os editais FINEP para infra-estrutura e outros órgãos de fomento ao ensino, pesquisa e extensão em que a universidade tem captado recursos de investimento.

Dessa forma acredita-se que existe compatibilidade entre os cursos oferecidos pela UFT e as verbas e os recursos disponíveis, sem falar na existência de controles entre as despesas efetivas frente às despesas correntes, de capital e de investimento.

O programa de reestruturação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão que vem sendo desenvolvido por meio das Diretorias de Obras e de Informática, objetiva modernizar e ampliar os espaços físicos e implantar sistemas de informação que possam contribuir para o gerenciamento do desenvolvimento institucional.

A UFT tem sempre participado de todos os programas e políticas que visem um maior aporte de recursos nas mais variadas áreas, como os programas de expansão, REUNI, bolsas permanência (PNAES) entre outros.

Dentre as principais ações podemos citar:

1. Ampliar e adequar os espaços físicos para atender ao plano de expansão do ensino, da pesquisa e pós-graduação da UFT.
2. Estabelecer um plano de manutenção preventiva e corretiva.
3. Melhorar as condições de trabalho, acesso e permanência na Universidade.
4. Disponibilizar alternativas de suporte aos portadores de necessidades especiais.
5. Promover e incentivar o uso de metodologias digitais e informatização em todos os níveis da Instituição.
6. Melhorar o acesso aos recursos tecnológicos de informação.

X. ANEXOS

Documentos Institucionais.